DN
Diário de Notícias

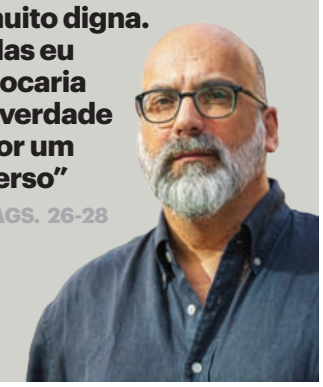
Diretor
Filipe Alves
Diretores Adjuntos
Leonídio Paulo Ferreira, Nuno Vinha e Valentina Marcelino

Terça-feira
24.6.2025
Diário
Ano 161.º No. 56 985
€2,00
www.dn.pt
Fundado em 1864, o seu Arquivo é Tesouro Nacional

Mundial de Clubes
Benfica--Bayern. Campo tem desnivelado um duelo equilibrado em termos de troféus e sócios
PÁG. 24



Valter Hugo Mãe
"A verdade é muito digna. Mas eu trocaria a verdade por um verso"
PÁGS. 26-28



EPA / ABEDIN TAHERKENAREH



Irão faz ataque "simbólico" contra base dos EUA, mas não fecha Estreito de Ormuz

Orçamento do Estado continua dentro dos limites de segurança no petróleo

Conflito não impacta aviação em Portugal, mas preço do petróleo é ameaça

PÁGS. 6-11

Governo assume que economia vai ter de se ajustar ao travão à imigração

MIGRAÇÕES Medidas aprovadas em Conselho de Ministros serão levadas ao Parlamento "nos próximos dias". Governo quer receber menos imigrantes, dando preferência clara aos "altamente qualificados". Mas o Governo está ciente do impacto que o travão terá para a economia do país. "A economia tem de se habituar ao ajustamento e à sua transformação para trabalho mais qualificado e mais bem pago", afirmou o ministro Leitão Amaro. "As empresas vão ter que se ajustar". PÁGS. 12-13



Risco Climático
Seguros vão aumentar por culpa dos eventos climáticos severos
PÁG. 18

Aviação
Tribunal de Contas aponta ilegalidades em contratos da TAP
PÁG. 19

Espanha
PP usa escândalo de corrupção no PSOE para questionar resultado eleitoral de 2023
PÁG. 20

Opinião de Jorge Costa Oliveira O inesperado aumento de investimento chinês na Europa João Oliveira Da urgência da luta pela paz Maria Leitão Marques Licenciamentos Fernanda Câncio Joana Marques entre o papa e os anjos PÁGS. 4-5 E 16



Editorial

Nuno Vinha

Diretor-Adjunto do Diário de Notícias

A TAP acha que pode fazer o que quer?



O relatório que o Tribunal de Contas divulgou ontem, sobre uma série de contratos da TAP assinados em 2023 e 2024, é um documento que deveria merecer a mais profunda reflexão do Governo, da tutela direta sobre a empresa, do Parlamento e da sociedade civil. Resumindo o que ali vem: a TAP formalizou, pelo menos, 29 contratos, no valor global de 473 milhões de euros, e só pediu a (obrigatória) fiscalização prévia ao Tribunal de Contas quando estes já estavam a produzir efeitos, materiais e financeiros. Em alguns casos, os contratos – muitos deles relativos ao fornecimento de ***jet-fuel*** (combustível para aviação) – só foram enviados à fiscalização depois de terem sido integralmente pagos. Ou seja, os gestores da companhia violaram a lei do Tribunal de Contas, uma entidade que está ali para fiscalizar a despesa pública.

O facto de todos os anos, nos milhares de contratos que passa a pente fino, o tribunal encontrar atropelos iguais ou maiores cometidos por outras entidades, não retira gravidade ao que se passou.

Para começar, a TAP não se pode esquecer de que tem responsabilidades acrescidas, que resultam do facto de ter recebido 3,2 mil milhões de euros dos contribuintes portugueses. Uma ajuda que chegou na sequência de anos e anos de péssimos resultados operacionais.

Em resposta ao TdC, os gestores da TAP argumentaram que "estavam perante uma urgência imperiosa que permitia a execução" dos contratos em causa. Invocaram ainda um "estado de necessidade desculpante", chegando a invocar o plano de reestruturação que a Comissão Europeia impôs à companhia em troca das ajudas de Estado.

Na prática, a TAP respondeu ao Tribunal de Contas duas ou três coisas. A primeira é que o seu negócio é de tal forma importante e as suas decisões tão urgentes que dispensam fiscalização. Depois, que as necessidades da TAP constituem desculpa automática a eventuais atropelos ao escrutínio exigido pelo TdC. E terceiro, que o programa de reestruturação é, em si mesmo, não uma exigência adicional de rigor, mas uma justificação para não o praticar.

Em bom rigor, a TAP não tem o exclusivo do enfado para com o Tribunal de Contas e para com as suas regras, por acaso vertidas em Lei. Por isso vamos lendo as críticas de presidentes de câmara à "burocracia do Tribunal de Contas" ou às suas "exigências desproporcionais" que não permitem às autarquias fazer nada. E por isso vamos assistindo, todos os anos, ao avolumar de ajustes diretos no portal BASE, aos falsos procedimentos concursais ou à divisão dos valores a adjudicar em vários contratos, para evitar os pedidos obrigatórios de fiscalização prévia. Técnicas para contornar o escrutínio levadas a cabo por autarquias, pela Administração Central ou pelo setor empresarial do Estado.

> **"Há maus exemplos em todo o lado. Mas quanto mais estes atropelos se sucedem, sem consequências de maior para os envolvidos, mais se vai deteriorando a perceção dos cidadãos quanto à seriedade dos que gerem a coisa pública."**

Há maus exemplos em todo o lado. Mas quanto mais estes atropelos se sucedem, sem consequências de maior para os envolvidos, mais se vai deteriorando a perceção dos cidadãos quanto à seriedade dos que gerem a coisa pública. E mais Portugal vai descendo nos níveis da qualidade da sua democracia e do combate à corrupção.

MÁRIO SOARES 100 anos

DN Global Media GROUP

24.6.2025

Direção: Filipe Alves (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira, Nuno Vinha e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos) **Editores executivos** Carlos Ferro, Helena Tecedeiro, Margarida Vaqueiro Lopes e Pedro Sequeira **Editores executivos adjuntos** Ricardo Simões Ferreira e Rui Frias **Grandes repórteres** Ana Mafalda Inácio, Fernanda Câncio e Leonardo Ralha **Editores** Carla Alves Ribeiro, Carlos Nogueira e Sofia Fonseca **Redatores** Alexandra Tavares-Teles, Amanda Lima, Ana Meireles, Caroline Ribeiro, César Avó, David Pereira, Ilídia Pinto, Isaura Almeida, Luís Reis Ribeiro, Mariana de Melo Gonçalves, Nuno Tibiriçá, Rui Miguel Godinho, Rute Simão, Sónia Santos Pereira, Susana Salvador, Susete Henriques e Vítor Moita Cordeiro **Revisão** Adelaide Cabral **Arte** Eva Almeida (coordenadora), Fernando Almeida, Filipa Rodrigues **Dinheiro Vivo** Filipe Alves (Diretor) **DN Brasil** Amanda Lima (Editora), Nuno Tibiriçá **Fotografia** (Global Imagens) Gerardo Filipe Santos, Leonardo Negrão, Paulo Spranger e Reinaldo Rodrigues **Conselho de Redação** Ana Meireles, César Avó, Fernanda Câncio, Leonardo Ralha, e Luís Reis Ribeiro **Secretaria de redação** Carla Lopes (coordenadora) e Susana Rocha Alves **E-mail geral da redação** dnot@dn.pt **E-mail geral da publicidade** dnpub@dn.pt **Contactos** Rua Tomás da Fonseca, Torre E, 5.º – 1600-209 Lisboa. **Tel.:** 213 187 500. **Fax:** 213 187 515; Rua de Gonçalo Cristóvão, 195, 5.º – 4049-011 Porto. **Tel.:** 222 096 100; Rua João Machado, 19, 2.ºA – 3000-226 Coimbra. **Tel.:** Redação: 961 663 378; Publicidade: 213 187 500. Estatuto editorial disponível em www.dn.pt. Tiragem média de dezembro 2024: 6 084 exps.

VISAPRESS© Direitos de Autor Protegidos apct

PUBLICIDADE

Ler é poder. E agora é **grátis!**

Se tens entre 15 e 18 anos, resides em Portugal e queres ter acesso ao melhor jornalismo, subscreve o Diário de Notícias

Aproveita a **Assinatura Gratuita** do Diário de Notícias durante **2 anos**!



1. Entra em: **assinaturas.digital.gov.pt**

2. Usa a **Chave Móvel Digital ou Cartão de Cidadão**

3. Escolhe o **Diário de Notícias**

4. **Verifica o teu e-mail**

5. Ganha acesso a todas as nossas **notícias**

Esta oferta faz parte de uma das medidas do Plano Nacional de Literacia Mediática

DN Diário de Notícias
dn.pt



Opinião
Jorge Costa Oliveira

O inesperado aumento de investimento chinês na Europa

De acordo com um recente relatório do Rhodium Group e do MERICS, pela primeira vez desde 2016, em 2024 o investimento direto chinês no estrangeiro (OFDI) na UE e no Reino Unido atingiu os 10 mil milhões de euros (mM€), um aumento de 47% face ao ano anterior. Além disso, a Europa manteve-se como o principal destino do investimento chinês em economias de rendimento elevado, atraindo 53,2% de todo o OFDI chinês nestes mercados. Em 2024, a quota da UE e do Reino Unido no total do OFDI chinês também aumentou para 19,1%, o primeiro aumento significativo desde 2018 (embora a larga maioria do OFDI chinês continue a ir para economias de rendimento baixo ou médio, nomeadamente no SE Asiático).

Este incremento é impulsionado quer por investimentos *greenfield* recorde, quer por fusões e aquisições (M&A) mais fortes. O investimento *greenfield* cresceu pelo terceiro ano consecutivo, aumentando 21% em termos homólogos e atingindo um recorde de 5,9 mM€, mantendo-se como a principal forma de investimento chinês na Europa. Também se registou uma melhoria nas M&A, que aumentou 114% em termos homólogos, para 4,1 mM€.

A Europa Central e a de Leste atraíram >50% do OFDI chinês na Europa. Verifica-se uma forte diminuição da quota combinada dos "Três Grandes" destinos de OFDI tradicionais na Europa – Reino Unido, Alemanha e França – para apenas 20% (média de 52% entre 2019 e 2023).

A Hungria mantém-se como principal destino (31% de todo o OFDI chinês na Europa), impulsionada por projetos *greenfield* intensivos em capital.

Os investimentos de empresas chinesas na Europa continuam concentrados em poucos setores, com ênfase [em novos investimentos *greenfield*] na produção de veículos elétricos (EV) e no armazenamento elétrico.

Porém, o stock total de OFDI em EV da China continua a ser pouco significativo em comparação com o stock total de OFDI na Europa.

Por outro lado, embora a China esteja a emergir como um investidor líder em certos países (como a Hungria), os investimentos provenientes de outros países europeus, dos EUA e da Coreia do Sul ainda são claramente superiores ao OFDI chinês.

É possível que esta tendência de crescimento de investimento chinês na Europa se mantenha em 2025, mas verifica-se alguma desaceleração do OFDI chinês nos EV. Algumas grandes transações de M&A em 2025 poderão levar a um novo incremento, e o OFDI *greenfield* deverá manter-se estável, com duas fábricas de baterias para EV (uma sendo a da CALB, em Sines) com início de construção confirmado para 2025. No entanto, o cancelamento de três grandes projetos de baterias para EV levanta questões sobre a tendência para o aumento do OFDI chinês na Europa. Esperemos que a próxima 25.ª Cimeira EU-China (em julho de 2025) ajude a criar condições para que aumentem os investimentos nas duas direções.

> **"Embora a China esteja a emergir como um investidor líder em certos países (como a Hungria), os investimentos provenientes de outros países europeus, dos EUA e da Coreia do Sul ainda são claramente superiores ao OFDI chinês."**

Consultor financeiro e business developer
www.linkedin.com/in/jorgecostaoliveira

OLHAR



Ativistas da Greenpeace exibem uma faixa gigante com a imagem do empresário americano e fundador da Amazon, Jeff Bezos, e o *slogan* "Se pode alugar Veneza para o seu casamento, pode pagar mais impostos", na Praça de São Marcos. Veneza será palco do casamento de Bezos e da sua noiva, a jornalista Lauren Sánchez. Uma cerimónia que deve durar vários dias e custar milhões de euros e cuja data exata não foi revelada. Segundo a *Forbes*, Bezos é o quarto homem mais rico do mundo, com uma fortuna de 225 mil milhões de dólares, FOTO **EPA / GREENPEACE**



Opinião
João Oliveira

A urgência da luta pela paz

A guerra não é um acidente de percurso, é a tentativa planeada pelo poder económico das principais potências capitalistas para a saída da sua própria crise, assumida e concretizada pelo poder político que dá expressão aos seus interesses.

As suas consequências são impostas aos povos com a morte e a destruição das condições de vida. O genocídio do povo palestiniano, a escalada de guerra de Israel no Médio Oriente, agora também com o apoio e participação directa dos EUA na agressão ao Irão, o conflito que se trava na Ucrânia ou a militarização da Ásia-Pacífico são quatro exemplos que confirmam o sério perigo que a escalada de confrontação e de guerra representa para o futuro da Humanidade.

A estratégia com que os EUA procuram manter a sua hegemonia representa a mais séria ameaça à paz no mundo.

A NATO é o mais perigoso instrumento dessa ofensiva agressiva, sob a direcção dos EUA.

A União Europeia mantém o seu alinhamento com a estratégia dos EUA e da NATO, incrementa o militarismo e dá passos no caminho da sua transformação num novo bloco político-militar complementar à NATO, à



custa da paz, dos direitos e das condições de vida dos trabalhadores e dos povos.

Em vez de cumprir a Constituição e contrariar o caminho do militarismo e da guerra, o Governo português alinha nestas opções e compromete o nosso futuro colectivo.

É urgente travar este caminho para o abismo!

É urgente travar e derrotar a política de confrontação e guerra!

Na situação que vivemos, a mobilização dos povos para a defesa da paz tem de ser uma referência para a acção política.

O caminho a percorrer é o da luta pela paz, pelo desarmamento geral, simultâneo e controlado, pelos direitos dos povos, da igualdade entre Estados, da solução pacífica dos conflitos internacionais, da não-ingerência nos assuntos internos de outros Estados e da cooperação entre os povos para a emancipação e o progresso da Humanidade.

O caminho a percorrer é o da luta contra a militarização da UE, pela dissolução da NATO e pela criação de um sistema de segurança colectiva.

É preciso travar o desvio de recursos para o militarismo e a corrida aos armamentos!

As capacidades científicas, tecnológicas e produtivas e os recursos económicos e financeiros devem ser canalizados para a melhoria das condições de vida e de trabalho e para a resposta aos problemas económicos e sociais que afligem a vida dos povos.

É indispensável o desenvolvimento da luta dos povos pela paz.

Essa mobilização popular não pode estar desligada de um caminho de defesa de direitos, da soberania e da democracia – nas suas vertentes política, económica, social e cultural.

É indispensável juntar forças sociais capazes de travar e fazer recuar as forças da guerra, do retrocesso social, do fascismo e abrir caminho a uma nova ordem internacional de paz, assente nos princípios da Carta das Nações Unidas e da Acta Final da Conferência de Helsínquia.

A luta pela paz é uma urgência pelo futuro da Humanidade.

Eurodeputado
Escreve sem aplicação do novo Acordo Ortográfico



Opinião
Maria Leitão Marques

Licenciamentos

Do Programa do Governo, a propósito da reforma do Estado, consta o compromisso de simplificar os licenciamentos, o que não é uma tarefa fácil.

Exigir uma licença para o início de uma atividade económica – seja industrial, comercial ou de serviços – significa condicionar o seu livre exercício à ponderação de outros interesses públicos relevantes, como o ordenamento do território, a proteção ambiental ou a Saúde Pública.

Contudo, não existe um único modelo de licenciamento aplicável a todas as atividades económicas. Os processos variam enormemente – desde a instalação de uma simples esplanada até à operação de uma indústria química. Em termos gerais, podemos distinguir entre licenciamentos de atividades de baixo risco ou de outras de elevada complexidade.

Comecemos pelas primeiras. Quando, em 2011, preparámos, no Governo, o regime do "Licenciamento Zero" e fizemos o levantamento dos procedimentos necessários, por exemplo, para abrir uma esplanada, ficámos incrédulos com o que encontrámos. Eram necessárias, por vezes, sete licenças – do menu ao toldo, das mesas à "Abelha Maia", sem esquecer os outros acessórios –, todas emitidas pelo município, mas nem sempre pelo mesmo serviço. Neste caso, pudemos ser radicais, e daí o nome "Licenciamento Zero". O município define as regras (altura ou cor do toldo, por exemplo) e o valor agregado das licenças. O agente económico compromete-se a cumpri-las e paga o valor devido de uma só vez, podendo iniciar a atividade de imediato. Ou seja, o município confia no cidadão, dispensando a verificação prévia e fiscalizando posteriormente.

É precisamente esta abordagem que agora está refletida no Programa do Governo – e bem, o que me deixou bastante satisfeita. Ao que parece, saiu derrotada a intenção do presidente da Câmara de Lisboa de pôr fim ao Licenciamento Zero.

Contudo, este modelo não é aplicável a atividades de maior risco, com impactos urbanísticos ou ambientais significativos. Para elas, o licenciamento prévio é indispensável, pois os custos de uma eventual reversão posterior seriam incomportáveis, tanto para o Estado, como para os particulares.

É aqui que a simplificação se torna uma missão mais difícil – mas não impossível. Desde logo, porque raramente se trata de uma única licença: são várias (resíduos, recursos hídricos, emissões atmosféricas, etc.) e envolvem múltiplas entidades, de diferentes áreas e níveis de governo. Além disso, algumas dessas licenças decorrem de legislação europeia, que não está ao nosso alcance modificar.

Ainda assim, como foi demonstrado em 2022 com o pacote do "Simplex Ambiental" – uma das iniciativas que, por estranho que pareça, esteve na origem da queda do Governo de António Costa –, é possível fazer melhor. Com criatividade, alguma tecnologia e, sobretudo, determinação política. Resta-nos esperar pelos resultados, certos de que o excesso de burocracia e de opacidade, e a demora em obter um "sim" ou um "não", não são apenas inimigos da economia – são também, em muitos casos, inimigos do ambiente e da confiança na democracia.

> **"Resta-nos esperar pelos resultados, certos de que o excesso de burocracia e de opacidade, e a demora em obter um 'sim' ou um 'não', não são apenas inimigos da economia – são também, em muitos casos, inimigos do ambiente e da confiança na democracia."**

Ex-deputada ao Parlamento Europeu

GUERRA

Irão retalia com ataque "simbólico" a base militar dos EUA e Trump diz que é tempo para a paz

ESPERANÇA Após lançamento de mísseis iranianos com aviso prévio à base norte-americana no Qatar, o presidente dos Estados Unidos deu indicações de que a intervenção do seu país se fica por aqui. Israel também terá passado a mensagem de que a operação pode estar no fim.

TEXTO **CÉSAR AVÓ**



EPA / ABEDIN TAHERKENAREH

Fotografias de três socorristas do Crescente Vermelho mortos há uma semana durante um bombardeamento em Teerão.



A bola ficou mais uma vez do lado do presidente dos Estados Unidos depois de este ter decidido juntar-se a Israel e dado ordens para bombardear as instalações nucleares iranianas, e o Irão ter retaliado, na segunda-feira, com o lançamento de mísseis contra uma base militar norte-americana no Qatar. Donald Trump terá posto um ponto final ao conflito com o Irão, ao agradecer o aviso prévio da República Islâmica e ao afirmar que "talvez o Irão possa agora avançar para a paz e a harmonia na região", tendo dito que irá encorajar "entusiasticamente Israel a fazer o mesmo". Horas antes, em paralelo, a diplomacia iraniana tentou, sem aparente sucesso, que a Rússia transmitisse mais do que palavras de solidariedade, e Israel continuou e ampliou as suas operações militares a outros alvos.

Enquanto emitia música militar na televisão, o Irão anunciou o ataque à base de Al Udeid, no Qatar, como "uma resposta poderosa e bem-sucedida" à "agressão dos Estados Unidos".

Num comunicado, as forças iranianas disseram ter alvejado a referida base "com mísseis destrutivos e poderosos". Segundo o Ministério da Defesa do Qatar, os sistemas antiaéreos do emirado conseguiram intercetar os mísseis que tinham como alvo a base dos EUA, onde está situado o comando central daquele país na região e onde estão estacionados dez mil militares. Disse também que não há vítimas a lamentar do ataque, que assustou os habitantes da capital, Doha, os quais testemunharam de perto as explosões causadas pelas defesas antiaéreas. Ao diário *The New York Times*, fontes do Pentágono asseguraram que foram os seus militares quem derrubou os mísseis iranianos, e que estes eram uma combinação de mísseis balísticos de curto e de médio alcance.

> O Qatar disse que não foi avisado pelo Irão e que as suas defesas derrubaram com sucesso todos os mísseis iranianos; Trump confirmou a notícia de que Teerão avisou do ataque e que foram as suas forças a fazer uso do sistema Patriot.

Ao mesmo jornal, altos-funcionários iranianos garantiram que Teerão avisou Doha de que os mísseis iriam ser disparados para evitar ao máximo as vítimas. As três fontes explicaram que, ao avisar as autoridades do Qatar, a retaliação foi sobretudo simbólica, permitindo às partes beligerantes espaço para evitar um avolumar do conflito, tal como aconteceu em 2020. Depois de Donald Trump ter ordenado a liquidação do general Qassem Soleimani em território iraquiano, Teerão avisou Bagdade antes de disparar mísseis balísticos contra a Base Al-Asad, dos EUA. À Reuters, outra fonte confirmou que o aviso de Teerão permitiu encerrar o espaço aéreo com antecedência suficiente.

Outro dado que indica que o Irão não pretende prosseguir com uma troca de agressões com os Estados Unidos é que, de pronto, o Conselho de Segurança Nacional do Irão, numa declaração publicada pela agência Tasnim, afirmou que o ataque incluiu o mesmo número de bombas que os Estados Unidos utilizaram nos seus ata-





EPA/ ALEXANDER KAZAKOV / SPUTNIK / KREMLIN POOL

Ao encontrar-se com o chefe da diplomacia iraniana, Vladimir Putin mostrou-se indignado pela "agressão sem qualquer provocação, nem fundamento" ao Irão.

ques às instalações nucleares do Irão e que a base foi escolhida por estar longe de áreas povoadas. "O ataque não representa qualquer ameaça para o nosso país amigo e irmão." O Irão terá querido sobretudo sinalizar que os EUA, com bases militares numa dúzia de países na região, são também um alvo fácil para *drones* e mísseis iranianos.

Por fim, o guia supremo do Irão, Ali Khamenei, dirigiu-se aos iranianos através das redes sociais, tendo afirmado que o Irão não causou mal a ninguém e que não vai aceitar agressões externas. "Não nos submeteremos à agressão de ninguém; esta é a lógica da nação iraniana", disse o líder religioso xiita.

Houve ainda notícias de que a base norte-americana de Al-Asad, no oeste do Iraque, também foi alvo de ataque. Mas nem o Irão reivindicou a autoria do mesmo, nem os Estados Unidos o confirmaram.

A teocracia iraniana enviou sinais em simultâneo: mantém a capacidade para atacar as bases dos EUA espalhadas pela região e, ao mesmo tempo, quer pôr fim ao conflito.

Trump agradece ao Irão

Ao lançamento de mísseis iranianos, as capitais da região e da Europa apressaram-se a condenar – à exceção do Iraque, com um fraseado ambíguo – a violação da soberania catariana. O Qatar disse que não foi avisado pelo Irão e reservou-se o direito de responder. Mas o presidente dos Estados Unidos confirmou a notícia avançado por um dos jornais que apelida de "f*ake news*". Na sua rede social, Trump agradeceu ao Irão por "ter avisado com antecedência, o que permitiu que não houvesse vítimas mortais nem feridos". Considerou a resposta de Teerão "muito fraca" e que foi "muito eficazmente contrariada", tendo ainda pormenorizado que foram lançados 14 mísseis, 13 dos quais abatidos, e um que as defesas deixaram passar porque se dirigia numa direção que não representava qualquer ameaça.

Trump, que se havia reunido de urgência com o secretário da Defesa Pete Hegseth e com o chefe do Estado-Maior Dan Caine na sequência da retaliação iraniana, mostrou esperança que acabe o ciclo de ódio. "Talvez o Irão possa agora avançar para a paz e a harmonia na região, e eu encorajarei entusiasticamente Israel a fazer o mesmo."

Israel, entretanto, continuou a sua campanha militar aérea. Além de terem atacado quartéis-generais e outras instalações dos Guardas da Revolução e das forças de segurança, os israelitas também alvejaram símbolos do regime, como a Prisão de Evin – onde estão detidos os dissidentes e prisioneiros políticos – e o relógio de contagem decrescente "Destruição de Israel".

Enquanto isso, segundo o diário *The Wall Street Journal*, Telavive estará disposta a terminar a operação militar em breve e fizeram-no saber através de canais diplomáticos ao Irão. O primeiro-ministro Benjamin Netanyahu havia dito, no domingo à noite, que os objetivos de Israel estavam "muito, muito perto" de serem alcançados.

Em Moscovo, o chefe da diplomacia iraniano Abbas Araghchi encontrou-se com o presidente Vladimir Putin. Este condenou a "agressão não-provocada contra o Irão" e disse que Moscovo estava a "envidar esforços para prestar assistência ao povo iraniano". Araghchi entregou a Putin uma carta de Khamenei, na qual este pedia ajuda. O Irão e a Rússia assinaram um tratado de associação estratégica em janeiro, e o primeiro ajudou o segundo ao fornecer *drones* e tecnologia para a guerra na Ucrânia, mas o acordo não prevê a assistência militar. E o porta-voz do Kremlin recusou responder se iriam fornecer sistemas de defesa antiaérea.

UE insta Telavive a mudar de rumo

A chefe da diplomacia da União Europeia disse que a prioridade na Faixa de Gaza é "melhorar a situação no terreno", caso contrário serão discutidas "medidas adicionais" em julho, na nova reunião com os 27 ministros dos Negócios Estrangeiros. Kaja Kallas referia-se a um relatório sobre o acordo de associação UE-Israel, no qual há "indicações" de que Israel está a violar obrigações de Direitos Humanos previstos no acordo. Espanha defendia a suspensão "imediata" do mesmo, além de um embargo de venda de armas, mas a Alemanha e a Itália mostraram-se contra. A dirigente da Estónia disse que uma opção prevista pelos ministros seria suspender parcialmente certas disposições relacionadas com o comércio livre, a investigação e a tecnologia do acordo. O Ministério dos Negócios Estrangeiros israelita reagiu ao relatório, ao afirmar que as suas conclusões "não devem ser levadas a sério, nem utilizadas como base para quaisquer ações ou conversas futuras".

E AINDA

PARIS CONDENA
O ministro dos Negócios Estrangeiros francês disse que o ataque aéreo de Israel à Prisão de Evin, em Teerão, é "inaceitável". Jean-Noël Barrot, que aproveitou para dizer que "todos os ataques devem cessar para dar lugar às negociações e à diplomacia", informou ainda que os cidadãos franceses Cécile Kohler e Jacques Paris, presos há mais de três anos sob a acusação de espionagem, "não foram atingidos" pelo bombardeamento.

PYONGYANG CONDENA
O Ministério dos Negócios Estrangeiros da Coreia do Norte condenou os ataques aéreos dos EUA ao Irão numa declaração em que Pyongyang afirma que o bombardeamento violou a soberania do Irão e o Direito Internacional, e culpou Israel e o Ocidente pela crise no Médio Oriente.

AIEA E FORDO
O diretor da Agência Internacional da Energia Atómica (AIEA) acredita que o bombardeamento dos EUA à instalação nuclear subterrânea de Fordo terá causado "danos muito significativos". Rafael Grossi lembrou, no entanto, que "ainda não é possível avaliar completamente os danos", o que só poderá ocorrer com um "cessar das hostilidades" que permita a entrada dos inspetores da agência na instalação. Na véspera, Grossi havia dito que o combustível nuclear foi transferido antes dos ataques aéreos.

RISCO DE CIBERATAQUES
O Departamento de Segurança Nacional dos EUA emitiu um alerta indicando ser "provável que ocorram ciberataques de baixo nível contra redes norte-americanas por parte de ciberativistas pró-iranianos, e que agentes cibernéticos afiliados ao governo iraniano possam realizar ataques contra redes dos Estados Unidos".

Cimeira da NATO focada na meta dos 5% de Trump, mas com o Irão na agenda

HAIA Mark Rutte desmentiu Pedro Sánchez e negou que Espanha tenha conseguido um regime de exceção nas novas metas da Aliança.



O secretário-geral da NATO, Mark Rutte, fez uma antecipação da cimeira que começa hoje.

TEXTO **ANA MEIRELES**

A Cimeira da NATO, que se realiza hoje e amanhã em Haia, estava destinada a focar-se no acordo para a meta dos 5% do Produto Interno Bruto de gastos em Defesa dos 32 aliados, satisfazendo assim a exigência feita pelo presidente Donald Trump, que, no entanto, já veio dizer que os Estados Unidos deveriam ficar fora dessas contas. Porém, os recentes bombardeamentos das forças norte-americanas contra instalações nucleares no Irão trouxeram para a agenda dos trabalhos as repercussões que estes ataques poderão ter.

Prova disso é que o assunto foi abordado ontem pelo secretário-geral da Aliança na sua conferência de imprensa de antevisão do encontro, ao dizer que não considera que "o que os EUA fizeram é contrário à lei internacional".

"No que diz respeito à posição da NATO em relação ao programa nuclear iraniano, os Aliados há muito que concordam que o Irão não deve desenvolver uma arma nuclear. Os Aliados têm repetidamente instado o Irão a cumprir as suas obrigações ao abrigo do Tratado de Não-Proliferação", prosseguiu Mark Rutte, que dirige esta semana a sua primeira Cimeira da Aliança como secretário-geral, e logo na sua terra natal, depois de ter assistido a muitas durante o seus 14 anos como líder do governo dos Países Baixos.

Questionado sobre as implicações económicas do possível encerramento do Estreito de Ormuz – uma das principais rotas comerciais mundiais, situado entre o território iraniano, dos Emirados Árabes Unidos e de Omã –, o neerlandês disse que o seu papel é assegurar que os países da Aliança Atlântica investem na sua segurança e que a Ucrânia tem o que necessita para fazer frente à invasão russa, optando por não responder em concreto à pergunta.

O peso que o Irão terá nesta cimeira aumentou ontem depois de Teerão ter retaliado contra os Estados Unidos, assunto que será quase de certeza abordado pelos líderes dos restantes 31 aliados com Donald Trump ou nas habituais declarações feitas aos jornalistas à entrada da reunião.

Mas, de uma forma ou de outra, o ponto central desta cimeira de Haia será o plano que os 32 aliados vão assinar para um investimento em Defesa de 5% do Produto Interno Bruto de cada país. "Encontramo-nos num momento verdadeiramente histórico, com desafios significativos e crescentes para a nossa segurança. À medida que o mundo se torna mais perigoso, os líderes Aliados tomarão decisões ousadas para fortalecer a nossa defesa coletiva, fazendo da NATO uma Aliança mais forte, mais justa e mais letal", garantiu ontem Rutte, acrescentando que "o novo plano de investimento na Defesa é o principal resultado desta cimeira e será decisivo para garantir uma dissuasão e defesa eficazes".

> "No que diz respeito à posição da NATO em relação ao programa nuclear iraniano, os Aliados há muito que concordam que o Irão não deve desenvolver uma arma nuclear", afirmou Rutte, sublinhando não considerar que "o que os EUA fizeram é contrário à lei internacional".

De acordo com este novo plano haverá uma meta de atingir 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB) com gastos militares tradicionais (Forças Armadas, equipamento e treino) e 1,5% do PIB adicionais em infraestruturas de dupla utilização, civis e militares (como as relativas à cibersegurança, prontidão e resiliência estratégica), um acréscimo face ao atual objetivo de 2%. Em termos temporais, prevê-se que a meta seja 2035, com uma revisão em 2030.

Embora os detalhes das metas de capacidade nacional sejam confidenciais, Rutte apelou a um aumento de cinco vezes nas capacidades de defesa aérea, milhares de tanques e veículos blindados, e milhões de cartuchos de munições de artilharia para ajudar a manter a segurança de mil milhões de cidadãos da NATO.

O líder da Aliança garantiu ainda que a Espanha não obteve um regime de exceção especial para esta meta dos 5%, afirmando que "a NATO não faz acordos paralelos". Declarações que surgem depois de, no domingo, o primeiro-ministro espanhol, Pedro Sánchez, ter afirmado que Madrid havia conseguido um acordo especial que isentaria o país de se comprometer a gastar 5% do PIB em Defesa, garantindo que afetará 2,1% do PIB do país às despesas com a Defesa, "nem mais, nem menos", o que lhe permitirá garantir todos os seus compromissos no âmbito da NATO, considerando a nova meta "contraproducente" e "incomportável" para a realidade espanhola. Já ontem, Rutte sugeriu que, embora Espanha tenha liberdade para seguir este caminho, "a NATO está absolutamente convencida de que Espanha terá de gastar 3,5% para lá chegar".

Na sua intervenção de ontem, Mark Rutte voltou a dar bastante destaque à invasão russa da Ucrânia, sublinhando que "a ameaça mais significativa e direta que esta Aliança enfrenta continua a ser a Federação Russa". "Todos queremos a paz para o povo ucraniano. E o fim da terrível guerra contra



EPA/KOEN VAN WEEL

eles. No entanto, enquanto trabalhamos em busca de uma paz justa e duradoura, devemos continuar a garantir que a Ucrânia tem o que precisa para se defender hoje e dissuadir no futuro. O nosso apoio à Ucrânia é inabalável e persistirá", referiu.

Mas a verdade é que a situação na Ucrânia não terá um papel central, como aconteceu em cimeiras anteriores, começando pelo presidente Volodymyr Zelensky, que, apesar de voltar a marcar presença numa Cimeira da NATO, não é claro se estará em algum momento na reunião de líderes, ou se se ficará pela participação hoje num encontro com a União Europeia e o líder da Aliança.

Também a declaração final desta cimeira, segundo afirmaram vários diplomatas à Reuters, incluirá apenas uma referência à Rússia como uma ameaça à segurança euro-atlântica e outra ao empenho dos aliados em apoiarem a Ucrânia. Um sinal de que a pressão dos Estados Unidos surtiu efeito, já que enquanto a Europa e o Canadá continuam a ver Moscovo como uma ameaça, Donald Trump defende melhores relações económicas com a Rússia.

Especialistas não veem Portugal a atingir a meta do PIB

Será "difícil" Portugal atingir os 5% do Produto Interno Bruto (PIB) em investimentos na área da Defesa. A opinião é de Jamie Shea, membro sénior para a Paz, Segurança e Defesa do grupo de reflexão Amigos da Europa, que falou à Lusa.

Segundo o especialista, além de Portugal e de "alguns outros aliados", como Espanha ou Itália, a política interna e a "falta de consenso entre os principais partidos políticos ou os atuais níveis de dívida e défices orçamentais" dificultam este objetivo.

De acordo com Jamie Shea, "o compromisso de 5% pode muito bem ter o mesmo destino que os de 2%", quando alguns aliados "cumprem o objetivo (incluindo através do recurso à 'contabilidade criativa'), enquanto outros ficam aquém". Até porque este compromisso, notou, é "político" e não "juridicamente vinculativo".

Henrique Burnay, consultor em Assuntos Europeus, antes de se pensar em alcançar a meta dos 5% "convinha que o país primeiro perguntasse" o que precisa para aumentar este tipo de investimento. "Quanto é que isso nos custa? Quanto é prioritário e estrutural? O mais preocupante é fazer despesas sem critério de prioridade rigoroso e contabilização criativa de investimentos", alertou à Lusa.

Já Tiago Antunes, ex-secretário de Estado dos Assuntos Europeus, lembrou que o Governo se tinha comprometido em atingir a meta dos 2% gradualmente até 2029 e que a antecipação para este ano só poderá ser cumprida "ajustando o perímetro das despesas", ou seja, fazendo essa "contabilidade criativa". É por isso necessário ver "além dos números" e ter uma visão "mais qualitativa do que quantitativa", alertou. **R.M.G.**

54% dos portugueses defendem aumento dos gastos de Defesa

ESTUDO Sondagem do ECFR feita em 12 países europeus revela também que a maioria defende o regresso do Serviço Militar Obrigatório.

TEXTO **SUSANA SALVADOR**

Os europeus sentem-se inseguros e existe um consenso generalizado em relação à necessidade de aumentar os gastos com Defesa – os italianos são a exceção. Mas muitos duvidam de que a Europa tenha capacidade de alcançar uma autonomia estratégica a curto prazo em relação aos EUA em matéria de Segurança e Defesa – sendo os portugueses mais otimistas do que a grande maioria.

Esta é uma das conclusões de uma sondagem do European Council on Foreign Relations (ECFR) feita, em maio, a 6440 inquiridos em 12 países da Europa e divulgada na véspera da Cimeira da NATO – na qual os EUA vão insistir na necessidade de os aliados aumentarem esses gastos para 5% do PIB.

Em Portugal, 54% dos 1010 inquiridos entre 16 e 28 de maio são a favor de aumentar os gastos em Defesa – o país ainda nem chegou à meta dos 2% que tinha sido estabelecida até 2029. Acima só ficam Polónia e Dinamarca (70%), o Reino Unido (57%) e Estónia (56%). E, apesar de o fazerem de forma menos entusiasta do que outros europeus, defendem o regresso do Serviço Militar Obrigatório (só espanhóis e húngaros são contra). Apenas os jovens, na faixa etária entre os 18 e os 29 anos, é que se opõem a isso em Portugal.

Os portugueses surgem na sondagem do ECFR (feita pela YouGov, Datapraxis e Norstat) como dos mais inseguros em relação ao futuro. Entre os cidadãos dos 12 países inquiridos, são os mais preocupados em relação ao uso de armas nucleares (84% dizem estar muito ou algo preocupados com essa possibilidade), com 82% a temerem a Terceira Guerra Mundial e 77% com uma guerra na Europa (para lá da Ucrânia).

A possibilidade de a União Europeia (65%) e de a Aliança da NATO (66%) se desmoronarem é também uma preocupação maior em Portugal do que nos outros 11 países europeus inquiridos. E apesar de os receios de um ataque da Rússia a um país da NATO serem menos generalizado do que alguns analistas sugerem, os portugueses são – depois de polacos, estónios e romenos, que vivem ao lado da Rússia –, os mais preocupados com essa possibilidade (54%).

Autonomia estratégica

"Uma das principais conclusões da nossa investigação é que, embora o público europeu saiba que a Europa precisa de se preparar para um mundo em guerra, falta-lhe confiança na capacidade do continente para alcançar a autonomia estratégica a curto prazo", escrevem os autores Ivan Krastev, do búlgaro Centro para as Estratégias Liberais, e Mark Leonard, diretor do ECFR.

84%

Nuclear Entre os cidadãos dos 12 países inquiridos, os portugueses são os que estão mais preocupados quanto ao uso de armas nucleares. E 82% temem a III Guerra Mundial.

74%

Ucrânia Os portugueses são, depois dos dinamarqueses, os mais acérrimos defensores da continuidade do apoio militar a Kiev, mesmo no caso da retirada dos EUA.

Apesar disso, a visão predominante nos 12 países é que a Europa pode continuar a contar com a dissuasão nuclear dos EUA (média de 48%), assim como com a presença de militares norte-americanos no continente (55%) e evitar uma guerra comercial com Washington (54%).

Os inquiridos na Dinamarca e em Portugal são dos mais otimistas sobre que seja possível a UE desvincular-se dos EUA – 52% e 50%, respetivamente, acreditam que é "possível". Mas são também os dinamarqueses (62%) e os portugueses (54%) aqueles que mais acreditam que a relação transatlântica vai melhorar assim que Trump deixar a Casa Branca. Ainda assim, 26% dos dinamarqueses e 24% dos portugueses acham que esta relação vai continuar deteriorada mesmo depois de o republicano deixar o poder.

Apoio à Ucrânia

A sondagem do ECFR mostra ainda que os europeus continuam comprometidos com a Ucrânia, independentemente da política dos EUA. A maioria ou a pluralidade dos inquiridos em 11 países (a exceção é a Hungria) são contra a ideia de retirar o apoio militar a Kiev, e nem mesmo os húngaros querem pressionar os ucranianos a desistir do território ocupado pelos russos ou suspender as sanções económicas a Moscovo.

Os inquiridos na Dinamarca (78%), Portugal (74%), Reino Unido (73%) e Estónia (68%) são os mais acérrimos defensores da continuidade do apoio militar em caso de retirada dos EUA. Da mesma forma, dinamarqueses (72%), portugueses (71%), britânicos (69%) e estónios (68%) são os que mais se opõem à ideia de pressionar a Ucrânia a desistir de território ocupado, caso os EUA adotassem tal abordagem.



Joaquim Miranda Sarmento, ministro das Finanças de Portugal.

OLIVIER HOSLET / EPA

Orçamento continua dentro dos limites de segurança no petróleo

VOLATILIDADE Ataque dos EUA ao Irão e retaliação deste a uma base no Qatar não provocou choques no mercado petrolífero. O preço do barril de crude até caiu mais de 6%. OE está seguro, para já.

TEXTO **LUÍS REIS RIBEIRO**

O preço do petróleo nos mercados internacionais é uma das variáveis cruciais e de base em que assenta o Orçamento do Estado (OE) e que ainda determina muito a dinâmica da economia portuguesa e da inflação. No entanto, apesar da escalada do conflito no Médio Oriente desde que Israel atacou o Irão, no passado dia 12 de junho, ainda não coloca em xeque as premissas do OE, segundo contas do DN. A margem de segurança face a um impacto direto de um novo choque nos preços do crude e também do gás é ainda significativa.

Ao dia de ontem, 23 de junho, já depois dos ataques dos EUA ao Irão no sábado e das retaliações do regime de Teerão, o preço médio do barril de petróleo (desde o início deste ano) rondava os 72,4 dólares, cerca de 66,5 euros.

Ambas as medidas encontram-se visivelmente abaixo da média anual assumida pelo Governo de Luís Montenegro e do seu ministro das Finanças, Joaquim Miranda Sarmento, no OE 2025: 75,5 dólares e 68,6 euros, menos 4% e 3%, respetivamente.

Para já, se a guerra no Médio Oriente não descambar ainda mais e não provocar um choque petrolífero a sério, isto dá margem para acomodar eventuais flutuações e volatilidades.

Em todo o caso, há limites. Para já, o OE tem margem para acolher, pelo menos em parte, algum choque petrolífero que venha a acontecer e volte a atirar os preços do barril para níveis bem superiores a 100 dólares, como aconteceu em 2008 (crise financeira global), entre 2011 e 2014 (crise da Zona Euro e das dívidas) e em 2022 (com o ataque da Rússia à Ucrânia), mas haverá um ponto em que preços crescentes começam a corroer a atividade da economia (poder de compra dos consumidores e margens das empresas) e a destabilizar as contas públicas, porque os choques petrolíferos tendem a provocar recessões graves.

No caso de Portugal, apesar dos progressos nas renováveis e na eficiência, a exposição face ao petróleo e a produtos fósseis importados não é de somenos.

De acordo com as estatísticas oficiais, anualmente (2024), Portugal exportou cerca de 5,5 mil milhões de euros em mercadorias energéticas (como produtos refinados), mas sempre na dependência do crude e do gás que não produz e tem de comprar lá fora: a fatura anual em importações rondou os 11,6 mil milhões de euros. Ou seja: o défice e a exposição líquida ao exterior ascende a mais de 6 mil milhões de euros por ano.

Esta segunda-feira foi o primeiro dia de negociação real e a sério nos mercados. Depois de um primeiro solavanco em alta, no fim de semana (nas negociações eletrónicas), eis que o petróleo surpreendeu: caiu. E caiu tanto que na hora do fecho desta edição estava a afundar mais de 6%, mesmo depois de o Irão atacar com mísseis uma base militar dos EUA no vizinho Qatar.

O barril de Brent, a referência para os países europeus, estava nos 69,8 dólares, praticamente em linha com os 69,4 dólares da cotação do dia 12 de junho (antes do ataque de Israel) e já bastante abaixo dos 77 dólares de domingo (depois de se conhecer o ataque dos EUA às instalações nucleares iranianas de Fordo).

Como é possível o crude não ter disparado esta segunda-feira?

Os analistas argumentam que os mercados não estão a contabilizar o prémio de risco maior, que seria o encerramento do Estreito de Ormuz, no Golfo Pérsico, por onde passa 20% do comércio de petróleo e de gás natural a nível mundial.

Também dizem que a China está a ser o grande efeito dissuasor, já que é um dos grandes parceiros económicos da potente República Islâmica. É um grande comprador de petróleo, mas também um fornecedor de proa de material militar, por exemplo. Pequim não terá o mínimo interesse numa escalada disjuntiva.

Acresce o facto de o Irão querer continua a retaliar contra os seus inimigos maiores (EUA e Israel). Fechar Ormuz seria o fim de tudo, a bomba definitiva, mas também do sustento (receitas) mais seguro do Irão, um dos maiores produtores mundiais de petróleo.

Além disso, os níveis de reservas estratégicas da maioria dos países estão elevadas – foram reconstruídas desde o início da guerra da Ucrânia.

"Claro que o bombardeamento das instalações nucleares iranianas pelos EUA, no fim de semana, aumentou significativamente os riscos de abastecimento para o mercado de petróleo e LNG [gás natural liquefeito]", começa por dizer Warren Patterson, analista-chefe de Matérias-Primas no gigante financeiro holandês ING.

> "O Irão precisa de ter cuidado para não perturbar países como a China" e "bloquear o estreito teria impacto negativo" na própria potência islâmica.

Para este economista, que está a ver o filme em Singapura, onde está baseado, "a grande questão agora é como o Irão irá responder".

Sendo verdade que "o grande risco para o mercado petrolífero é o Irão tentar agora interromper os fluxos de transporte marítimo em Ormuz", "há margem para que alguns sejam desviados".

Segundo o perito do ING, "a Arábia Saudita tem o oleoduto Leste-Oeste, com capacidade para cinco milhões de barris por dia, que permite que o petróleo seja transportado a partir do Mar Vermelho", "os Emirados Árabes Unidos têm um oleoduto de 1,8 milhões de barris por dia para o Golfo de Omã, que evita o Estreito de Ormuz" e "o Irão tem um oleoduto que vai até ao Golfo de Omã com uma capacidade de cerca de 300 mil barris por dia".

Resumindo: "Embora o Irão possa sentir que precisa retaliar os ataques dos EUA, bloquear Ormuz pode ser um passo demasiado radical."

"Mais de 80% do fluxo de petróleo que passa por Ormuz vai para a Ásia", pelo que "o Irão precisa de ter cuidado para não perturbar países como a China" e "bloquear o estreito teria "impacto negativo" no próprio Irão.

Como referido, o Irão quer continuar a retaliar e para isso precisa de fazê-lo gradualmente. Já o presidente dos EUA, Donald Trump, disse que "toda a gente" quer preços baixos e que o contrário é "jogar a favor do inimigo", o Irão.

O fator China é talvez o maior travão face ao cenário de desastre.

O diário *The Wall Street Journal* noticiou há duas semanas que o governo iraniano "encomendou à China perclorato de amónio suficiente para fabricar até 800 mísseis". A valiosa e abundante carga deve chegar "nos próximos meses".

Conflito no Médio Oriente não impacta aviação em Portugal, mas preço do petróleo é ameaça

GUERRA Voos entre Portugal e o Médio Oriente continuam em operação, à exceção da ligação para Telavive. Companhias aéreas assumem que escalada nos preços do petróleo é o maior desafio.

TEXTO **RUTE SIMÃO**

O impacto do conflito entre Israel e o Irão já se faz sentir na aviação mundial, com o crescente aumento das zonas interditas ou restritas ao tráfego aéreo civil – as denominadas *no-fly zones*. Os constrangimentos visam, sobretudo, as rotas com destino ao Golfo Pérsico e ao sudoeste e sudeste asiático, regiões que já se encontravam parcialmente limitadas devido ao encerramento do espaço aéreo russo. A escalada da guerra, que ganhou novos contornos com a ofensiva militar dos Estados Unidos ao Irão, na madrugada do passado domingo, levou várias companhias aéreas europeias, americanas e asiáticas a reagir através do cancelamento e da redução de voos para o Médio Oriente. Por cá, não é expectável que a aviação nacional seja impactada. "No caso português, este efeito imediato é muito reduzido, uma vez que nem a TAP, nem a Azores Airlines, nem nenhuma companhia baseada em Portugal opera voos regulares para os países mais afetados. De Portugal, apenas o aeroporto de Lisboa conta com ligações diretas para a região e todas elas são efetuadas por companhias estrangeiras", explica ao DN Pedro Castro, especialista em aviação.

A única rota operada entre Portugal e Telavive, a partir de Lisboa, foi suspensa pela israelita El Al. Já os restantes voos que ligam a capital portuguesa ao Médio Oriente – Abu Dhabi, Doha e Dubai, operados pela Ethiad Airways, Qatar Airways e Emirates, respetivamente – continuam operacionais e não se sabe, para já, se serão interrompidos. O DN contactou as transportadoras aéreas, mas não obteve esclarecimentos até ao fecho desta edição.



Companhias europeias, americanas e asiáticas cancelaram voos.

LISA SOARES

Aumento do preço do petróleo é ameaça

Os efeitos colaterais do adensar das hostilidades entre Israel e o Irão poderão, por outro lado, chegar ao setor da aviação pela via indireta do aumento dos preços do petróleo, um cenário potenciado com a entrada de Washington no conflito. A Associação das Companhias Aéreas em Portugal (RENA) considera que este quadro geopolítico "preocupante" afeta não só a confiança dos passageiros, como os aspetos operacionais das transportadoras.

"Será um dos impactos óbvios. O encerramento do Estreito de Ormuz, do qual dependem muitos fornecimentos globais de petróleo, pode levar a subidas na casa das duas décimas e isso é preocupante", refere António Moura Portugal, diretor executivo da RENA.

Os gastos com o *jet fuel* representam cerca de 30% da fatura de custos operacionais das companhias aéreas e as flutuações de preços do petróleo podem traduzir-se num aumento da fatura. Ainda assim, as transportadoras salvaguardam-se com os contratos de *hedging*, uma estratégia financeira que lhes permite fixar antecipadamente o preço de parte do combustível que irão consumir num determinado período, protegendo-se contra aumentos inesperados – e que são negociados em períodos de 12 e 24 meses. Desta forma, não é esperado que as consequências destas subidas sejam imediatas.

> A única rota operada entre Portugal e Telavive, a partir de Lisboa, foi suspensa pela israelita El Al.

"As companhias que tiverem pouca cobertura segura em 2025 enfrentarão maiores pressões sobre a sua rentabilidade, especialmente se competirem diretamente com transportadoras que beneficiam de contratos mais favoráveis, porque não poderão aumentar as tarifas tão facilmente. A Ryanair surge, neste contexto, como uma das mais bem posicionadas: tem poucos voos para a região afetada, tem uma política de *hedging* para 2025 que lhe é favorável e um modelo de negócio baseado em voos intraeuropeus com tarifas médias reduzidas (cerca de 45 euros por segmento), tornando-a mais resiliente perante qualquer cenário: o atual ou um pior", explica Pedro Castro.

O também diretor da SkyExpert, empresa de consultoria de transporte aéreo, aeroportos e turismo, descarta uma eventual transferência destes custos para o passageiros através do aumento das tarifas dos bilhetes. "Há companhias que vão aguentar os primeiros aumentos devido ao *hedging* e outras que irão absorver os aumentos aceitando reduzir a rentabilidade dos voos por causa da retração da procura em caso de aumento das tarifas. Estas situações irão limitar as companhias que só têm como solução aumentar o preço", justifica.

António Moura Portugal afina pelo mesmo diapasão e sustenta que as políticas de *hedging* garantem estabilidade ao setor neste contexto. "Não antecipo grandes problemas no médio-prazo. Se o conflito se estender, aí sim. É normal que quando houver a renegociação destes contratos de combustível que possam existir repercussões", traça o representante das companhias aéreas em Portugal.

Por fim, para Pedro Castro existe ainda outro desafio na aviação nacional que respeita à crescente dificuldade de operar para a Ásia e, agora, para o Golfo Pérsico que, defende, em conjunto com os sinais de desaceleração da procura nos Estados Unidos, deverá levar as companhias aéreas europeias de longo curso a apostar na América Latina e em África. "Estas são precisamente as regiões para onde a TAP voa, mas onde enfrenta, desde finais de 2024, uma crescente concorrência, tendência que se está a agravar em 2025. A Azores Airlines, por seu lado, encontra-se numa posição muito vulnerável devido a uma forte concentração da sua capacidade nos Estados Unidos, sem alternativas de mercado com escala comparável, o que poderá deixá-la exposta a uma nova situação de falência técnica, caso se mantenha a trajetória de défice operacional", acrescenta.

Governo fecha as portas ainda mais à imigração. "Economia terá que se adaptar", diz ministro

MIGRAÇÕES Medidas aprovadas em Conselho de Ministros serão levadas ao Parlamento "nos próximos dias". Governo quer receber menos imigrantes, dando preferência clara aos "altamente qualificados". Ministro diz que empresários vão ter de se habituar ao novo travão.



TEXTO **AMANDA LIMA**

O Governo aprovou em Conselho de Ministros um conjunto de medidas que terão como resultado a diminuição da entrada de imigração no país, em especial do perfil atual, que supre as necessidades do mercado de trabalho como hotelaria, obras e restauração. A aposta do Executivo liderado pelo primeiro-ministro Luís Montenegro passa por atrair "talento qualificado", tendo como principal medida a restrição dos vistos de procura de trabalho, que, atualmente, são pedidos na sua maioria por brasileiros que trabalham nos setores em que não são exigidas qualificações mais elevadas. Quando a proposta estiver em vigor, só profissionais qualificados poderão solicitá-lo.

Outra medida que vai limitar a entrada de imigrantes é que o visto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) não poderá ser solicitado no território nacional. Esta decisão impacta diretamente brasileiros, timorenses e demais cidadãos de países da CPLP que esperavam a regulamentação da medida para trabalhar em Portugal sem pedir um visto prévio. De acordo com o ministro, a decisão foi ponderada para evitar "efeitos inversos", como ter uma "manifestação de interesse 2.0". O Executivo quer evitar que haja uma entrada de imigrantes, mesmo que falantes de Português, que possam vir a congestionar ainda mais os serviços públicos, a chamada "capacidade de resposta do Estado", como na habitação, Saúde e Educação.

O Governo está ciente de que, com estas decisões, haverá impacto na economia do país. Em resposta a uma pergunta do DN sobre o assunto, o ministro António Leitão Amaro disse no *briefing* com a imprensa que o mercado terá de ajustar-se. "A economia tem de se habituar ao ajustamento e à sua transformação para trabalho mais qualificado e mais bem pago", afirmou Amaro, que é o porta-voz da AD sobre as políticas de imigração. "As empresas vão ter que se ajustar. Se não se quiserem ajustar não existe provavelmente a necessidade deste trabalho identificado ou então pretendia insistir em práticas que nós entendemos que não são adequadas ao país", declarou o ministro.

De acordo com Leitão Amaro, há medidas adicionais para a economia que, na sua visão, vão permitir a subida dos salários e tornar Portugal um país atrativo para, também, os altamente qualificados. "Temos tido várias: a redução de impostos é uma das boas maneiras de deixar mais dinheiro no bolso das pessoas", citou.

Esta preferência pelo altamente qualificado está também refletida no facto de que estes profissionais vão ter outros privilégios. Um deles, já apresentado no Programa do Governo, é que os vistos terão uma prioridade de tramitação, garantindo agilidade. Está previsto, inclusive, a criação de um departamento na Agência para Integração, Migrações e Asilo (AIMA) especificamente para este efeito. Está também planeado realizar parcerias com universidades e grandes empresas, inicialmente, para atração destes profissionais que o Governo entende como sendo altamente qualificados.

> "As empresas vão ter que se ajustar. Se não se quiserem ajustar não existe provavelmente a necessidade deste trabalho identificado ou então se pretendia insistir em práticas que nós entendemos que não são adequadas ao país", declarou o ministro.

Outro privilégio que terão é de estarem perto das suas famílias. Diferente de outros requerentes de vistos, que vão precisar de esperar dois anos com título de residência para solicitar o reagrupamento familiar do cônjuge, por exemplo, os profissionais altamente qualificados estarão fora desta regra, confirma o Governo.

O mesmo vale para as Autorizações de Residência de Investimento (ARI) e para familiares de cidadãos europeus. Isto porque, no conjunto de medidas, o reagrupamento familiar foi um dos direitos com restrições. António Leitão Amaro ressaltou que as alterações no direito ao reagrupamento familiar "foram as mais difíceis" de serem decididas e precisaram cumprir a diretiva europeia da qual Portugal faz parte. No caso de pedidos já em andamento, o Ministério da Presidência garante que estão respaldados pela legislação atual.

A proposta do Governo em relação ao tema é que, em território nacional, apenas filhos menores possam ser reagrupados. No caso de cônjuges e ascendentes (esposas, maridos, pais e mães), o pedido terá de ser efetuado somente após dois anos de residência no país com o título em mãos e por via consular. Por exemplo, se um casal vier morar em Portugal (com as exceções já destacadas), ou os dois terão de ter o visto de trabalho, ou terão de ficar separados por, pelo menos, dois anos.

O que acontece muito hoje em dia, e especial entre brasileiros, é a entrada do casal, sendo um com visto e depois feito o pedido de reagrupamento familiar já no país. Com a alteração proposta, não será mais possível. Além dos dois anos de moradia obrigatórios, será preciso contabilizar a abertura de vagas, porque os pedidos continuarão condicionados a um sistema de vagas, conforme a capacidade de resposta do sistema.

Afastando polémicas recentes protagonizadas por André Ventura, que apelou publicamente à assinatura de uma petição para suspender o reagrupamento familiar por oito anos, os imigrantes que agora tiveram direito ao título de residência, somente daqui a dois anos poderão trazer os familiares. Até lá, o Governo também espera que a AIMA esteja



Medidas serão levadas ao Parlamento "já nos próximos dias".

PAULO SPRANGER

em melhor funcionamento e possa dar as respostas que hoje não são dadas. "Uma das piores coisas que aconteceram nos últimos anos foi o Governo, do Partido Socialista, abrir as portas, escancará-las, fazer promessas sem fim de que tudo era possível, do acesso à regularização, em que as pessoas vinham e ficavam num limbo, num purgatório. Vinham, mas não conseguiam, não havia capacidade de resposta, não havia capacidade de resposta da AIMA, não havia capacidade de resposta do IRN, não havia capacidade de resposta dos serviços de saúde, não havia capacidade de resposta das escolas e é isso que nós não queremos fazer. Tratar as pessoas com dignidade é também tratá-las com verdade, face às nossas capacidades", explicou.

Rede consular para interesses nacionais

António Leitão Amaro também foi muito claro neste aspeto: a rede consular não terá uma capacidade infinita para atender o interesse das pessoas em pedir vistos para Portugal. "O mundo tem mais de 7 mil milhões de pessoas, nós não é suposto termos uma rede consular que permita que sejam tratados vistos para 7 mil milhões de pessoas. Há uma lógica de capacidade", afirmou. "Temos de olhar para a economia nacional, para a sociedade portuguesa e perceber como é que os fluxos devem abrir ou fechar mais ou menos", complementou. Por isso, não estão previstos mais reforços na rede consular, apenas o que consideram como "ajustes estratégicos" nalguns postos.

> "Temos de olhar para a economia nacional, para a sociedade portuguesa e perceber como é que os fluxos devem abrir ou fechar mais ou menos", complementou o ministro. Por isso, não estão previstos mais reforços na rede consular, apenas o que consideram como "ajustes estratégicos".

Lei da Nacionalidade

Tal como o DN havia antecipado, o tempo mínimo de moradia no país para ter direito ao pedido vai passar dos atuais cinco anos para dez anos. No entanto, brasileiros e demais falantes de língua portuguesa vão precisar de sete anos de residência. Além disso, a nova regra será aplicada aos processos que tenham entrado até 19 de junho, um dia após o Governo iniciar o mandato. Ou seja, o objetivo é não beneficiar os que "foram a correr" pedir a nacionalidade diante das notícias de alterações na lei.

"São mudanças imprescindíveis aos tempo em que vivemos e da realidade", disse António Leitão Amaro. O Governo também acolheu a proposta do Chega e vai propor que o imigrante possa perder a nacionalidade em casos de cometer crimes graves, com pena efetiva superior a cinco anos e com determinação judicial. Entre os crimes graves estão violação, homicídio e terrorismo, por exemplo.

No caso dos bebés nascidos em território nacional, será preciso que os pais residam no país há pelo menos três anos com título de residência. O pedido terá de ser efetuado pelos responsáveis, ou seja, não será automático. Esta proposta também é semelhante ao que o Chega propôs no Parlamento. Mais uma mudança é o fim dos pedidos de nacionalidade para Judeus Sefarditas. A lei atual "tinha um intuito de reparação histórica", foi um regime que "teve o seu tempo" pelo que deixa agora de existir, acrescentou Leitão Amaro.

Os que tiveram o direito a pedir a nacionalidade portuguesa ainda terão de fazer uma "declaração solene de adesão aos princípios da República" e demonstrar conhecimento da "língua, cultura, organização política e valores democráticos". Por outro lado, será "alterar o caminho de naturalização por ascendência portuguesa", para que bisnetos de portugueses possam fazer o pedido.

Após o anúncio do pacote de medidas, André Ventura declarou estar disponível para negociar alterações à Lei da Nacionalidade. "Há elementos que é preciso articular e que o Chega está disposto a trabalhar e a articular", dizendo que há "caminho para andar", afirmou.

O presidente do Chega admitiu "criar condições para que haja aqui um meio-termo em que essa nacionalidade possa ter uma espécie de decisão judicial dentro da própria decisão judicial, ou seja, uma espécie de reconhecimento por parte do tribunal de que estes crimes devem corresponder a uma perda de nacionalidade", ou seja, "poderia não ser automática".

Ao mesmo tempo, Ventura disse que as medidas anunciadas pelo Governo dão razão ao partido. O Chega disse ainda estar disponível para negociar alterações à Lei da Nacionalidade. André Ventura considerou que as alterações anunciadas são insuficientes e já deveriam ter sido decididas há mais tempo, mas congratulou-se por o Governo "dar razão àquilo que o Chega dizia há muito tempo" e ter chegado a este debate – apesar de chegar "tarde" e de estar "a correr atrás do prejuízo".

O tema vai continuar em cima da mesa. Amanhã, o Chega promove um debate de urgência na Assembleia da República sobre "o descontrolo na atribuição de nacionalidade e na necessidade de limitar o reagrupamento familiar". Será um teste para ver se haverá uma "aproximação de posições", admitiu Ventura.

Já nos próximos dias o Governo quer enviar ao Parlamento as alterações ontem anunciadas, tendo dedicado um dos primeiros Conselhos de Ministros para o tema. Ainda não há respostas sobre qual será a estratégia da AD para conseguir os votos necessários para estas aprovações, apenas o discurso de que são "essenciais para o país".

amanda.lima@dn.pt

MAIS MUDANÇAS

MAIS DE 374 MIL DOCUMENTOS VENCIDOS

Para resolver os 374.587 títulos de residência caducados, porque o Governo não disponibilizou forma de os renovar, foi prorrogado o decreto-lei que torna todos os vistos válidos. Diferente do ano passado, quando a medida foi prorrogada por um ano, esta será somente até 15 de outubro. Será um contrarrelógio para resolver toda esta pendência, definida pelo atual Governo como mais uma "herança pesada" deixada pelo PS.

MAIS FISCALIZAÇÃO

O Governo tentará, mais uma vez, aprovar no Parlamento a criação da Unidade Nacional de Estrangeiros e Fronteiras (UNEF) na Polícia de Segurança Pública (PSP). Esta unidade será a responsável pela fiscalização dos imigrantes no território nacional, controlar as fronteiras e cuidar do retorno de imigrantes que não possuam autorização para estarem no país. Atualmente, esta competência é da AIMA.



Discussão juntou médicos e ex-ministros no Grémio Literário.

LEONARDO NEGRÃO

Menos corporativismo e mais estabilidade: soluções para o SNS

SAÚDE Dois ex-ministros e dois médicos debateram, no Grémio Literário, em lisboa, alguns caminhos para o SNS. todos concordam: é preciso fazer mais e pensar melhor sobre o setor, incluindo ao nível dos salários.

TEXTO **RUI MIGUEL GODINHO**

Apesar das dificuldades, "o Serviço Nacional de Saúde [SNS] é excelente". A convicção é de Eduardo Barroso, cirurgião já reformado, e foi deixada ontem num debate no Grémio Literário sobre o estado da Saúde em Portugal, organizado pelo Instituto Benjamin Franklin e pela Grande Loja Regular de Portugal (GLRP).

Na discussão – que foi moderada por Filipe Alves, diretor do Diário de Notícias –, Eduardo Barroso afirmou ainda que a sua "melhor experiência" profissional foi "durante uma parceria público-privada, no Hospital Amadora-Sintra". "Nunca fiz tão boa medicina como naquele tempo, por isso discutir o SNS em termos de esquerda/direita ou em termos de público/privado não serve", garantiu, defendendo que esta pode ser uma solução para os problemas que afetam a Saúde em Portugal. Até porque "pensar que a exclusividade resolve os problemas do SNS é errado". E além disso, defendeu, é preciso que exista "menos corporativismo" no setor."

Antes, Maria de Belém, ex-ministra da Saúde, quis afastar, por sua vez, a ideia de haver "contas certas" sem se fazerem cortes que prejudiquem "brutalmente" o funcionamento do SNS.

Além disso, defendeu a ex-ministra, é preciso que seja dada "mais estabilidade" ao setor. Isto significa que as "interrupções" pelos sucessivos Governos devem terminar. "Os ministros da Saúde não podem fazer alterações. O que se faz hoje tem impacto daqui a 10 ou 15 anos. Falta estabilidade e é preciso mais. Os sucessivos Governos interrompem ciclos de transformação que levam tempo a ter resultados. É evidente que há ruturas graves entre Executivos", atirou. Relembrando que "o SNS não é um supermercado onde se vai buscar o que é preciso e quando é necessário", Maria de Belém defendeu ainda ser necessário que a Educação tenha, nos seus programas, "a Educação para a Saúde. E também não há uma única palavra para as condições que as casas devem ter para que seja garantida a saúde".

Álvaro Beleza, por sua vez, concordou, dizendo que "tudo começa" pela Educação e na cultura para a Saúde. "Os doentes, hoje em dia, vão ao hospital como se fossem as catedrais do antigamente. Isto é, vão muito menos à igreja e é ao hospital, aos médicos e aos enfermeiros, que tentam pedir a imortalidade", disse.

Falando sobre a estabilidade no SNS, o médico pediu que se "premeiem" os clínicos. "Somos pagos à hora e acho que se deve introduzir um sistema de pagamento pela produção que se faz. Haver um sistema como o SIGIC [que tem estado sob holofotes mediáticos devido ao médico do Santa Maria que terá lesado o Estado em 400 mil euros] para outro tipo de serviço", referiu.

Já Luís Filipe Pereira, ex-ministro do setor, deixou um pedido: que se olhe para o SNS "com aquilo que ele pode dar à população". "Há 50 anos que existem problemas de acesso à saúde. Não temos um problema de qualidade, temos um problema de gestão. É um problema de acesso a cuidados primários, nas urgências. Nunca o SNS resolveu este problema", atirou.

"Discutir o SNS em termos de esquerda/direita ou em termos de público/privado não serve. Foi numa parceria público-privada que fiz melhor medicina."

Eduardo Barroso
Cirurgião

"Hoje em dia, os doentes vão muito menos à igreja e é ao hospital, aos médicos e aos enfermeiros, que tentam pedir a imortalidade."

Álvaro Beleza
Médico e presidente da SEDES

"É muito importante haver educação para a saúde. O SNS não é um supermercado onde se vai buscar o que é preciso e quando é necessário."

Maria de Belém
Ex-ministra da Saúde

"Há 50 anos que existem problemas de acesso à saúde. Não temos um problema de qualidade, temos um problema de gestão."

Luís Filipe Pereira
Ex-ministro da Saúde

Marcelo promulga metas para energias renováveis

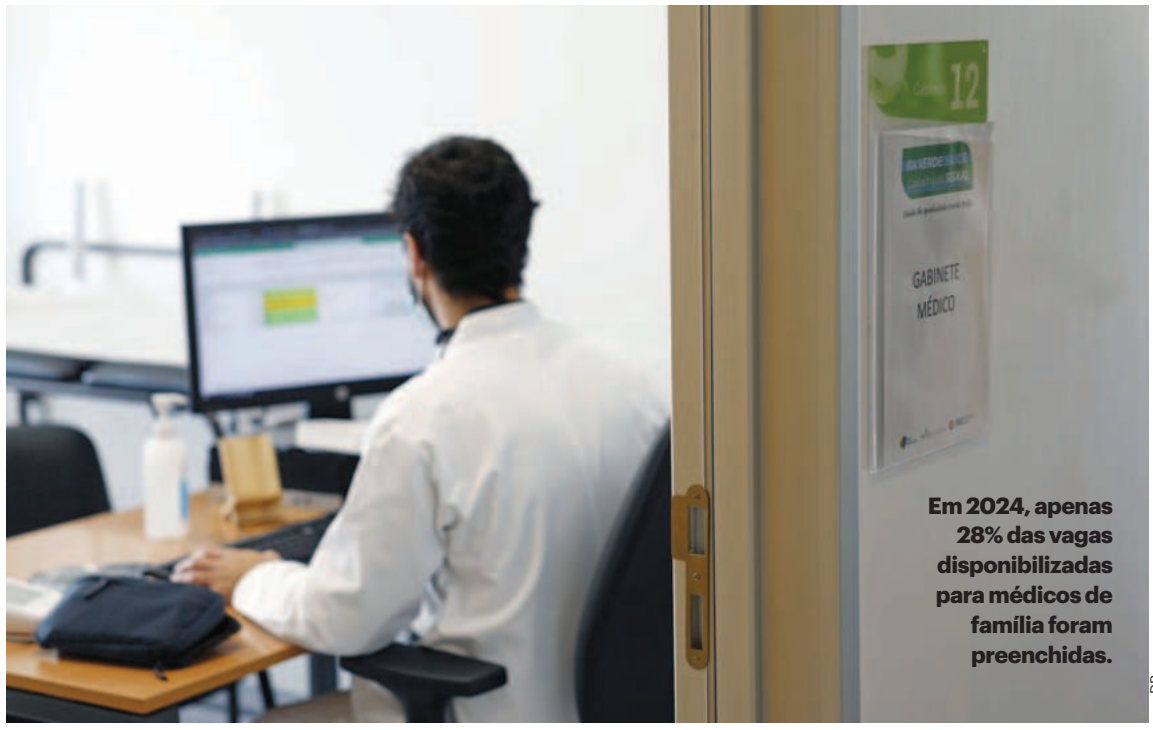
O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, promulgou o diploma que define as metas transitórias de integração de energia proveniente de fontes renováveis para a indústria e transportes.

"Atendendo à importância da aprovação do presente diploma, que concretiza o cumprimento de uma das linhas da reforma do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), a qual é parte integrante do 6.º pedido de pagamento, o Presidente da República promulgou o diploma do Governo que estabelece as metas de integração de energia proveniente de fontes renováveis para os setores da indústria e dos transportes", lê-se na nota publicado ontem no *site* da Presidência da República.

Aprovado em Conselho de Ministros em 29 de maio, o decreto-lei fixa como metas para 2030 uma quota mínima de 16% de energia renovável na indústria e de 29% no setor dos transportes.

Estas metas vigoram até à transposição para a ordem jurídica nacional das diretivas da União Europeia sobre a promoção da utilização de energia de fontes renováveis.

A aprovação deste diploma concretiza uma das reformas estruturais previstas no PRR, no âmbito do novo quadro regulamentar para o hidrogénio renovável. Como o texto assinado por Marcelo Rebelo de Sousa destaca, com o cumprimento de tal reforma e recebimento do sexto pedido de pagamento, Portugal atinge 12,7 mil milhões de euros recebidos do PRR, 57,3% do total, dos quais 8 mil milhões já pagos aos beneficiários finais. **DN/LUSA**



Em 2024, apenas 28% das vagas disponibilizadas para médicos de família foram preenchidas.

DR

Dos 389 novos médicos de família só 231 estão no SNS

ESCOLHA Os clínicos que terminaram a especialidade de Medicina Geral e Familiar ocuparam 39% das 585 vagas que estavam disponíveis.

Dos 389 médicos de família que terminaram recentemente a formação da especialidade, só 231 escolheram uma das 585 vagas disponibilizadas no último concurso para a colocação nas Unidades Locais de Saúde (ULS).

Segundo disse ontem a Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS) à Lusa, a percentagem de 39% de ocupação de vagas em 2025, "embora baixa", foi superior às registadas em 2023 (32%) e 2024 (28%).

Na primeira época de 2025, formaram-se em Medicina Geral e Familiar 389 médicos, com o Ministério da Saúde a aprovar um total de vagas superior ao de novos especialistas "para acolher o maior número de médicos disponíveis e que aguardam a sua contratação, como assistentes", o primeiro nível da carreira, adiantou a ACSS.

Das 585 vagas, foram apresentadas 412 candidaturas, mas foram ocupadas apenas 231.

"No caso específico de Medicina Geral e Familiar, a abertura de mais vagas não significa, necessariamente, uma maior percentagem de taxa de ocupação", alegou a ACSS, apontando o exemplo da primeira época de 2024, quando foram abertas 904 vagas e apenas foram ocupadas 255.

Os dados da ACSS indicam ainda que em duas ULS nenhuma das vagas foi preenchida, caso da do Alto Alentejo, onde ficaram por ocupar os 12 lugares colocados a concurso, e do Estuário do Tejo, que tinha 37 vagas que ficaram desertas.

Em Lisboa, região com maior falta de médicos de família, na ULS Santa Maria, das 33 vagas publicitadas, apenas sete ficaram ocupadas, enquanto só 11 dos 40 lugares disponíveis para a ULS de São José ficam preenchidos.

> Ordem dos Médicos alerta para "ponto crítico" na colocação de profissionais e acrescenta que a "resposta pública permanece marcada pela inação".

A ULS de Lisboa Ocidental contrariou a reduzida taxa de ocupação de vagas, conseguindo preencher 20 das 23 vagas que tinha disponíveis.

Já no Algarve, das 34 vagas colocadas a concurso, 13 ficaram preenchidas e 21 não-ocupadas.

Na sexta-feira, a Ordem dos Médicos defendeu a abertura de todas as vagas disponíveis nas zonas onde faltam médicos de família e alertou para as "falhas gritantes" ocorridas na colocação dos novos especialistas de Medicina Geral e Familiar.

"É inaceitável que existam utentes sem médico de família e, em simultâneo, especialistas em Medicina Geral e Familiar sem colocação. Este é um problema de gestão, não de recursos", alertou o bastonário Carlos Cortes, citado num comunicado da ordem.

Segundo a Ordem dos Médicos, a situação da Medicina Geral e Familiar "atingiu um ponto crítico", verificando-se que milhares de utentes continuam sem médico de família atribuído, ao mesmo tempo em que a "resposta pública permanece marcada pela inação e por falhas gritantes na colocação de especialistas disponíveis". **DN/LUSA**

BREVES

RUI ROCHA É O CANDIDATO DA IL À CÂMARA DE BRAGA

Rui Rocha é o candidato à Câmara de Braga da Iniciativa Liberal (IL) nas eleições autárquicas previstas para setembro ou outubro deste ano. O ex-líder do partido, que deixou o cargo há três semanas, aparece, num vídeo publicado nas redes sociais, a sair de um comboio na cidade onde reside, com uma mochila na mão, e diz: "É muito bom estar em casa."
A formalização da candidatura vai acontecer na próxima quinta-feira e a apresentação está prevista para sábado.
A acompanhar o vídeo, a descrição do partido explica que "está a dar entrada no cais n.º 2, uma nova energia para Braga". Rui Rocha liderou a IL entre janeiro de 2023 e maio deste ano.

RECAPTURADO RECLUSO QUE FUGIU DE SINTRA

O preso que fugiu na sexta-feira do Estabelecimento Prisional de Sintra foi recapturado ontem pela GNR do Cadaval, anunciou a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP).
O homem cumpria quatro anos por violência doméstica", com dois terços da pena cumpridos em outubro quando se evadiu, explicou em comunicado a DGRSP no próprio dia, acrescentando que a evasão ocorreu quando o recluso estava a pintar os muros do Edifício Rumos, junto à escola do estabelecimento prisional. Nesse momento, "furtou-se à vigilância dos guardas prisionais e evadiu-se". **DN/LUSA**

BREVES

Traficantes de cocaína detidos em preventiva

Os três tripulantes de um veleiro intercetado pela Polícia Judiciária (PJ) ao largo dos Açores com 1,6 toneladas de cocaína ficaram a aguardar o resto da investigação em prisão preventiva, anunciou ontem o Ministério Público. Em comunicado, a Procuradoria-Geral Regional de Évora precisa que os três detidos, "com antecedentes ligados ao tráfico de droga", estão indiciados por tráfico internacional de estupefacientes agravado e associação criminosa. Os suspeitos são dois dinamarqueses e um inglês, com idades entre os 43 e os 51 anos. A aplicação da medida de coação mais gravosa foi justificada pelo juiz de instrução criminal do Tribunal de Ponta Delgada (Açores) com o perigo de fuga, perturbação do inquérito e continuação da atividade criminosa.

Infarmed retira sete lotes de Bisoprolol

O Infarmed suspendeu a comercialização de sete lotes dos medicamentos Bisoprolol, indicados para o tratamento de doenças cardíacas, devido à deteção de uma impureza com valores acima do aceitável. A decisão da Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde (Infarmed) surge após a empresa Towa Pharmaceutical ter anunciado que iria recolher voluntariamente sete lotes do Bisoprolol toLife, 2,5mg comprimido e Bisoprolol toLife, 10mg, comprimido. O Bisoprolol diminui a frequência cardíaca e faz com que o coração seja mais eficiente a bombear o sangue para todo o organismo, lê-se no folheto informativo do medicamento.



Opinião
Fernanda Câncio

Joana Marques entre o papa e os anjos

"O humorismo não ofende, não humilha, não prega as pessoas aos seus defeitos." A frase é de Francisco, há cerca de um ano, quando recebeu no Vaticano vários humoristas, entre os quais a portuguesa Joana Marques.

Recebi com sarcasmo a frase do papa, por dois motivos: porque é absolutamente falso que o humor não ofenda, não humilhe e não "pregue pessoas aos seus defeitos" – enquanto prática profissional, ou mesmo amadora, fá-lo amiúde – e porque ele mesmo, o pontífice, tinha, após o massacre na redação da publicação humorística francesa *Charlie Hebdo*, em novembro de 2015 (motivado, de acordo com a reivindicação da organização terrorista Daesh, pelo "gozo" da revista com o profeta Maomé), asseverado que se alguém lhe insultasse a mãe (ou a "Virgem Maria"), lhe daria um murro. Ou seja, Francisco achava, e disse-o com todas as letras, que há coisas com as quais não se deve brincar, e que caso alguém brinque, habilita-se. Nada surpreendente, de resto, vindo do chefe de uma religião: todos sabemos o que significa o termo "blasfémia", conceito que em várias paragens pode ter consequências bem pouco saudáveis e que mesmo em Portugal continua, incrivelmente, a ser crime (*vide* artigos 251.º e 252.º do Código Penal, "Ultraje por motivo de crença religiosa" e "Impedimento, perturbação ou ultraje a ato de culto").

Na altura da referida audiência papal, comentei no Twitter que, para achar que o humor não humilha, o papa nunca teria ouvido o *Extremamente Desagradável*, a rubrica humorística de Joana Marques na Rádio Renascença. Para meu espanto, a Joana reagiu, postando o meu tuíte no seu Instagram, já não me lembro com que comentário desagradado. É justo: meti-me com a Joana e ela reagiu. A minha surpresa deveu-se ao facto de: 1. achar que ela é suficientemente inteligente para saber que sim, que o que faz resulta frequentemente, mesmo não sendo esse o objetivo, em humilhação (bastaria ouvir os episódios sobre, por exemplo, a pobre Yolanda Tati); 2. ter dela a ideia de uma pessoa com poder de encaixe, nisso contrastando com a maioria dos humoristas nacionais, que não aguentam um gozo sem perderem a cabeça. Enganei-me, o que também não é incomum (como escreveu Roth, viver é enganar-mo-nos sobre pessoas).

Serve este prolegómeno para quê? – pergunta quem me lê. Bom, acho que para deixar claro que "poder de encaixe" é coisa mui rara, inclusive entre quem vive de desafiá-lo, e que não é surpreendente que o humor ofenda, magoe, chateie, irrite – incluindo, *hélas*, humoristas, quando as piadas são sobre eles – e que essa ofensa, dor ou enxoframento resultem em reações mais ou menos racionais. O que me leva ao tão badalado processo que opõe uma dupla de cantores (creio que é assim que se apresentam) a Joana Marques, e sobre o qual tanta tinta, sobretudo digital, tem corrido.

> **"E se aquilo que tem sido incansavelmente incensado como um caso sobre 'os limites do humor e da liberdade de expressão' for afinal um *roast* particularmente bem conseguido?"**

Estando de férias, segui a polémica a alguma distância, mas julgo estar razoavelmente informada: a Joana terá, há uns anos, partilhado no seu Insta um vídeo com algumas das partes mais infelizes de uma atuação do duo interpretando o hino nacional, intercalando tais excertos com os rostos perplexos de um júri, do qual ela fazia parte, de um concurso de talentos. Ou seja, ridicularizou a atuação, ao que se constata (ouvi) sem necessidade de esforço – de resto, havia, antes da partilha da Joana, vários vídeos do mesmo no YouTube, até com mais sucesso que o dela.

Os autores da ação, que corre no tribunal cível – ou seja, está em causa um pedido de indemnização por danos e não uma queixa criminal –, acusam-na de ter publicado um vídeo manipulado e de lhes ter, pelo efeito dessa publicação, causado inúmeros males, desde ataques de acne e provas de triatlo induzidos por *stress*, a perdas financeiras por cancelamento de contratos. Como os argumentos do duo me parecem, salvo melhor informação, extremamente ridículos, e extremamente ridículo me soa o pedido de indemnização de um milhão e 118 mil euros, tendo dificuldade em acreditar que os moços tenham assim tanta falta de cabeça, concluí que o que estamos a ver não é, não pode ser, o que parece.

Isto porque, partindo do princípio de que a respetiva representação legal é minimamente competente, terá de os ter informado sobre a jurisprudência, nacional e europeia, atinente à liberdade de expressão e, portanto, do facto de que um processo contra uma humorista que não os insultou, não falou da respetiva vida privada, não lhes imputou atos criminosos, não apelou à violência contra eles, nem os tomou como alvo por constituírem uma categoria protegida, limitando-se a fazer pouco da sua cantoria de forma até bastante *soft*, tem, diria eu, zero hipóteses de obter vencimento. Acresce que essa representação legal só os pode ter advertido de que as custas judiciais (aquilo que os tribunais cobram a quem a eles recorre) são calculadas na proporção dos pedidos de indemnização e que, pedindo mais de um milhão, apenas em taxa de justiça pela primeira ação poderiam ter de largar quase quatro mil euros – isto fora despesas com os advogados, cujos honorários num processo deste tipo passam facilmente dez mil euros.

Sendo ainda que, em perdendo a ação, estes dois terão em princípio de pagar as custas judiciais da ré e mais uma parte dos gastos dela em representação legal. Ora, caso haja recurso da decisão de primeira instância para os tribunais superiores a fatura total, só em custas judiciais das duas partes, pode rasar os 14 mil euros. Quem perder terá ainda de pagar à outra cerca de metade disso para compensar respetivas despesas com representação legal – elevando assim a conta para quase 21 mil euros. Fora, como já sublinhei, o custo com advogados.

Digamos que é uma maquia interessante, aquela que esta *boy band* se apresta a perder pelo gosto de processar uma humorista – e de ver o seu nome e o dela todos os dias nas notícias durante uns tempos. O que me leva a perguntar quanto custaria uma campanha publicitária que obtivesse este mesmo tipo de exposição. Talvez bem mais, não é?

Certo. No meio disto, como comentou uma das advogadas que me ajudaram a fazer estas contas (obrigada, Rita e Teresa), quem se lixa é mesmo Joana Marques, que, de acordo com as citadas regras das custas processuais, é, para se defender de uma ação sem pés nem cabeça, obrigada a pagar o mesmíssimo em taxas de justiça que os autores, mais, claro, o que lhe cobrarem os seus advogados. Poderá, como explicado, vir a ser ressarcida de uma parte disso, mas até lá – e um processo destes pode demorar, entre decisões e recursos, três ou quatro anos – empata ali uns bons milhares.

Conclusão? É bem possível que estejamos todos – Joana Marques incluída – a ser, enquanto andamos, muito exaltados e circunspectos, a discutir "os limites do humor e da liberdade de expressão", comidos por anjinhos.

Jornalista



PARA O INFINITO E MAIS ALÉM



Na Constelação de Sagitário, o telescópio fotografou duas nebulosas (Trífide, à esquerda com contornos azuis, e Lagoa, ao centro). Já na Constelação de Virgem, detetou duas galáxias em espiral (*foto ao lado*).

FOTOS: NSF-DOE / OBSERVATÓRIO VERA C. RUBIN

Telescópio mais poderoso de sempre divulga primeiras imagens

ESPAÇO Construído no observatório Vera C. Rubin, este novo olhar para o Universo vai mostrar vários astros até aqui desconhecidos. Em dez horas, descobriu mais de 2100 novos asteroides.

TEXTO **RUI MIGUEL GODINHO**

O Observatório Vera C. Rubin divulgou as primeiras imagens que capturou com o seu novo telescópio: duas nuvens interestelares e um conjunto longínquo de galáxias. Estes três objetos são apenas a porta de entrada para o que se prevê que seja um passo enorme na compreensão e na visão do Universo.

As ambições são grandes, ou não fosse este o telescópio mais poderoso (mas não o maior) de sempre. Com 3200 megapíxeis, é a câmara mais poderosa alguma vez construída, o que se espera seja suficiente para ter um novo olhar do Universo.

Isto permitiu obter as imagens que ontem foram divulgadas. Numa delas, duas nebulosas (nuvens de gás e poeira interestelar), Trífide e Lagoa, localizadas entre 5000 a 9000 anos-luz da Terra, na Constelação de Sagitário. Não é a primeira vez que foram captadas, mas nunca foram vistas com tanto detalhe. A outra tem como pano de fundo duas galáxias em espiral, que 'posaram' para o Vera C. Rubin, enquanto parte da Constelação de Virgem, a 55 milhões de anos-luz do nosso planeta.

Construído há quase 30 anos, localizado nos Andes chilenos, o observatório prevê visualizar, com recurso a esta nova câmara, um total de 40 mil milhões de estrelas, galáxias e outros objetos celestes. Além de registar todos estes corpos, a intenção do Vera C. Rubin é também guardar as imagens que obtiver. Com isto, os cientistas conseguem olhar para "praticamente qualquer lado", como destacou Aaron Roodman, diretor da Construção do observatório, citado pelo jornal *The Guardian*.



Só no primeiro teste (que durou dez horas e onde foram captadas as imagens divulgadas), os cientistas já descobriram mais de 2100 asteroides. Esta ambição de descobrir mais do que já se conhece está, aliás, plasmada no nome do observatório. No século XX, a astrónoma Vera C. Rubin indicou as principais provas da existência de matéria escura, que há muito os cientistas procuram e que continua um mistério. No fundo: só se conhecem cerca de 5% de todo o material e energia cósmica existentes. Sobre tudo o resto (que será energia e matéria escura) não há grandes conhecimentos, visto que não se conseguem detetar diretamente. Uma deteção da matéria escura só poderá acontecer olhando para a forma como o Universo se 'movimenta' e como os astros se distribuem pelo Espaço. Isto porque, como a própria Vera C. Rubin indicou, a rotação fora das galáxias é maior do que deveria, o que indicia a existência de uma força não conhecida (visto que a gravidade não existe no Espaço) e que, ao que tudo indica, será a matéria negra.



Em regiões mais fustigadas por fogos, algumas seguradoras começam a recusar a cobertura de habitações.

REINALDO RODRIGUES

Seguros vão aumentar por culpa dos eventos climáticos severos

RISCO CLIMÁTICO Perdas seguradas por desastres climáticos duplicaram, em cinco anos, para os 200 mil milhões, revela estudo da Geneva Association. Portugal consta na lista dos incêndios mais caros a nível global, mas 47% das casas não têm seguro.

TEXTO **CARLA AGUIAR**

A maior frequência de eventos meteorológicos severos está a deixar uma fatura pesada, não apenas a nível de vidas humanas e de danos ambientais, mas também em perdas económicas astronómicas. Embora a tendência já se note há cerca de 30 anos, só na última década, as perdas económicas cobertas relacionadas com incêndios, tempestades ou cheias duplicaram, passando de cerca de 100 mil milhões de dólares em 2020 para uma estimativa de 200 mil milhões em 2025. Estas são as conclusões preocupantes de um estudo da Geneva Association (associação internacional de seguradoras), a que o DN teve acesso, intitulado *Safeguarding Home Insurance*, sobre como reduzir a vulnerabilidade ao clima extremo. E que deixa a ameaça de um aumento dos prémios de seguro.

Portugal surge, aliás, na lista dos sete incêndios mais caros da última década, a nível global, com os trágicos fogos de outubro de 2017, que causaram perdas da ordem dos 900 milhões, sendo que os danos cobertos corresponderam a apenas 300 milhões e os danos não-segurados foram 67% dos registados. A liderar a lista dos maiores prejuízos estiveram os fogos de 2017 e 2018 na Califórnia (EUA), causadores de perdas de 27 mil milhões de dólares, mas também as cheias em Valência, Espanha, em outubro de 2024, com estragos calculados em 16,1 mil milhões.

Mais recentemente, em Portugal, a tempestade Martinho, que assolou o país nesta primavera, foi responsável por perdas da ordem dos 65 milhões de euros, segundo um cálculo da Associação Portuguesa de Seguradores (APS).

Embora o país seja particularmente vulnerável ao risco de incêndios florestais pelas elevadas temperaturas atingidas e tendência crescente de diminuição da chuva, tem uma alta exposição ao risco, pela reduzida cobertura das habitações com seguros contra incêndios, tempestades e cheias. "Em Portugal só 53% das casas têm seguro para incêndios, tempestades e inundações, o que significa que 47% estão entregues a si próprios ou às indemnizações que o Estado possa definir", disse Rui Esteves, o coordenador do Impact Center for Climate Change da Fidelidade. "É uma exposição elevada", considera o especialista.

> Quatro grandes companhias globais anunciaram a intenção de aumentar preços 13%. No Reino Unido, o setor praticou um aumento de 20% em 2024, depois de ter sido confrontado com uma série de tempestades em 2023.

A nível mundial, a América do Norte e a Austrália são as regiões com menor falha de proteção, contrastando com a África e a Ásia.

Prémios mais rigorosos

Face ao expectável aumento da frequência de fenómenos meteorológicos severos, as seguradoras querem aumentar os prémios, ainda que às vezes enfrentem resistência dos reguladores. Em alguns países isso já começou a acontecer. Em outubro de 2024, quatro grandes seguradoras globais anunciaram os seus planos para aumentarem os prémios 13%. E na Europa também se admite um aumento nos próximos dois anos, sendo que no Reino Unido foi praticado um aumento de 20% em 2024, depois de o setor ter sido chamado a pagar uma fatura gigante pelas tempestades de 2023.

Nas regiões americanas mais fustigadas pelos fogos, em que os reguladores se opuseram ao aumento dos prémios, as seguradoras deixaram de os cobrir, reduzindo substancialmente o acesso à proteção, indica o estudo.

O setor está a readaptar o seu negócio, centrando-se agora em detalhar ao pormenor o risco de cada habitação a uma inundação, tempestade ou incêndio. "Numa mesma rua inclinada, o risco para inundação de uma habitação na parte baixa da rua não é o mesmo que na parte de cima", exemplifica Rui Esteves.

Aquele especialista explica que a ideia que está a ser defendida pelo setor a nível global, e é acompanhada pela Fidelidade, é reunir o maior número de informação possível para a aferição do risco de uma habitação em concreto e criar, à imagem da certificação energética, uma espécie de certificação de resiliência ao risco climático. "No seu centro para o impacto climático, a Fidelidade está a trabalhar para ter um retrato da vulnerabilidade de um imóvel, em todas as suas envolventes, para poder fazer a adaptação do preço". Mas, acrescenta, que a ideia também é que haja "um incentivo ao investimento na resiliência de uma propriedade, na medida em que não só o imóvel fica mais valorizado, para efeitos de comercialização, por exemplo, mas também poder pagar um prémio de seguro mais baixo."

Como diminuir o risco climático e preveni-lo deve ser um desígnio da sociedade no seu todo e é uma preocupação particular de um setor que vive a gerir e calcular o risco. O relatório da Geneva Association conclui que fatores socieconómicos estão a amplificar a exposição aos riscos climáticos. Entre eles estão a construção em zonas vulneráveis, práticas de construção antiquadas, rápida densificação urbana, destruição dos ecossistemas naturais, infraestruturas envelhecidas e operações de *utilities*.

Tribunal de Contas aponta ilegalidades em contratos da TAP

AVIAÇÃO Relatório do tribunal indica que os gestores da companhia aérea executaram vários contratos em 2023 e 2024 (que ascendem a 473 milhões) sem visto prévio obrigatório, violando a lei que rege a despesa pública. Tribunal remeteu as conclusões para o Ministério Público.

TEXTO **NUNO VINHA**

O Tribunal de Contas considera que a TAP e a sua administração violaram a lei no que toca a 29 contratos feitos entre 2023 e 2024, no valor global de 472,9 milhões de euros. Num relatório divulgado esta segunda-feira, 23 de junho, a entidade diz, em suma, que a companhia aérea e os seus gestores (à época) faltaram aos deveres de envio de informação e pedido de autorização prévia ao Tribunal de Contas (TdC), tendo em conta que, na sua maioria, o valor individual de cada um destes contratos ascendia a mais de 950 mil euros.

O Tribunal de Contas explica que a TAP enviou ao TdC pedidos de fiscalização prévia para estes contratos, mas salienta que "à data da sua remessa para fiscalização prévia todos os atos/contratos se encontravam a produzir efeitos materiais, e na sua maioria, também efeitos financeiros (pagamentos)".

"Este comportamento foi justificado pela TAP e pelos indiciados responsáveis com a argumentação de, por um lado, que era sua convicção que os instrumentos contratuais remetidos não estavam sujeitos à fiscalização prévia do TdC e, por outro lado, consideravam que estavam perante uma urgência imperiosa que permitia a execução dos mesmos, incluindo financeira, atentas as consequências financeiras e reputacionais da sua não-execução", indica o Tribunal de Contas, a entidade que tem como função fiscalizar a despesa feita pelas entidades públicas.

> O Tribunal de Contas – que salienta que os gestores (cujos nomes não menciona) poderão vir a ser pessoalmente responsabilizados financeiramente pelas infrações – remeteu o seu relatório para o Ministério Público.

Segundo o relatório do TdC, em alguns casos, os contratos já estavam integralmente pagos quando chegaram à fiscalização.

A maioria destes contratos diz respeito à aquisição de *jet-fuel* (combustível para aviação) para a frota da TAP.

Um dos casos destacados é o contrato de fornecimento de combustível para 67 aeroportos, iniciado em abril de 2023, que visava evitar o cancelamento de voos e garantir o cumprimento do plano de reestruturação aprovado por Bruxelas. Contudo, o tribunal considerou estas justificações legalmente inválidas.

Em sede de contraditório, a TAP e os responsáveis visados alegaram que atuaram perante deveres conflituantes, invocaram a inexistência de culpa ou o estado de necessidade desculpante, e solicitaram o arquivamento do processo ou, em alternativa, a atenuação ou dispensa de aplicação de multas, sublinhando que as infrações ocorreram de forma continuada.

O Tribunal de Contas – que salienta que os gestores (cujos nomes não menciona) poderão vir a ser pessoalmente responsabilizados financeiramente pelas infrações – remeteu o seu relatório para o Ministério Público, que terá de decidir se os gestores vão responder ou não pelas irregularidades.

As ilegalidades identificadas, salienta o Tribunal de Contas, são "suscetíveis de determinar responsabilidade financeira sancionatória nos termos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas.

Os responsáveis pela prática destas infrações, acrescenta ainda, são ex-presidentes e o atual presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva.

Nos anos a que dizem respeito os contratos em causa, a TAP teve como CEO a francesa Christine Ourmiéres-Widener e Luís Rodrigues, ainda em funções.

Além do fornecimento de combustível, o TdC identificou irregularidades em contratos como o serviço de *catering* em Boston, no valor de 6,1 milhões de euros, o seguro obrigatório de acidentes de trabalho, no montante de 14,5 milhões de euros, e o aluguer de aviões com tripulação (*wet lease*), todos executados sem aprovação prévia.



O TdC apontou contratos decididos pelo atual CEO, Luís Rodrigues.

REINALDO RODRIGUES

PP usa escândalo de corrupção no PSOE para questionar resultado eleitoral de 2023

ESPANHA Populares aproveitam o Caso Koldo, que atingiu o ex-ministro dos Transportes e o secretário de Organização dos socialistas, para pôr em causa o voto por correio. Governo insiste que o problema são três pessoas, não o Executivo.

TEXTO **SUSANA SALVADOR**

Dois dos três principais suspeitos no escândalo de corrupção que está a abalar o PSOE – o ex-ministro dos Transportes José Luis Ábalos e o seu antigo assessor Koldo García – foram ontem ouvidos no Supremo Tribunal. O primeiro negou ter recebido subornos e disse não se reconhecer nos registos áudio que estão a ser usados como prova, enquanto o segundo se remeteu ao silêncio depois de ter tentado adiar, sem sucesso, a declaração. O terceiro suspeito, que até à semana passada era secretário da Organização dos socialistas, Santos Cerdán, será ouvido a 30 de junho.

Os olhos de toda a Espanha estão no que se passa na sala de audiências, depois de as suspeitas de alegada fraude na compra de máscaras durante a pandemia de covid-19 – aquilo que começou por ser o Caso Koldo – terem dado lugar àquela que poderá ser a maior investigação de corrupção a chegar ao Supremo Tribunal. O agora Caso Cerdán ameaça não só o PSOE, mas o próprio Governo – isso é, pelo menos, aquilo que o Partido Popular (PP) de Alberto Núñez Feijóo quer.

O líder da oposição defendeu ontem um estudo da Junta Central Eleitoral sobre os "momentos mais frágeis" da votação pelo correio durante as legislativas de 2023 – pondo em causa os resultados do escrutínio em que o PP foi o mais votado, mas Pedro Sánchez foi eleito primeiro-ministro após chegar a acordo com os independentistas catalães.

As dúvidas sobre as eleições surgem depois de o antigo líder do PP José Maria Aznar dizer, numa entrevista ao jornal *El Mundo*, que alguém que é suspeito de adulterar as eleições internas no PSOE (isso é sugerido nos relatórios da polícia) pode ter também adulterado as legislativas. "Se alguém roubou uma ourivesaria, porque não pode roubar um banco?", indicou. Feijóo considerou o exemplo "bastante bom".



RODRIGO JIMENEZ / EPA

O ex-ministro José Luis Ábalos à saída do tribunal.

> *"Se alguém roubou uma ourivesaria, porque não pode roubar um banco?" [alegando que PSOE pode ter adulterado resultados eleitorais, como é suspeito de ter feito nas primárias]*
>
> ***José Maria Aznar***
> *Antigo líder do PP (1990-2004)*

> *"Sempre a mesma coisa: uma estratégia para deslegitimar os resultados eleitorais e, consequentemente, o Governo espanhol. A democracia só é válida para eles [PP] se estiverem no poder."*
>
> ***Pedro Sánchez***
> *Líder do PSOE e primeiro-ministro*

O primeiro-ministro espanhol respondeu à acusação de Aznar logo no domingo, no X. "Sempre a mesma coisa: uma estratégia para deslegitimar os resultados eleitorais e, consequentemente, o Governo espanhol. A democracia só é válida para eles se estiverem no poder." Os socialistas tentam virar a página ao escândalo, tendo Sánchez feito mudanças na liderança do partido e pedido desculpas. Mas o caso continua a manchar o Governo, que tem a toda a hora que se defender.

"Não temos um Governo falhado. Três pessoas falharam e agimos de forma decisiva", insistiu ontem a ministra da Ciência, Inovação e Universidades, Diana Morant, questionada sobre o escândalo durante uma visita a Alicante, dizendo que o trabalho do Governo não pode ficar "manchado" pela conduta "vergonhosa" de três pessoas.

Juiz rejeita prisão preventiva

O ex-ministro dos Transportes José Luis Ábalos foi o primeiro a declarar diante do juiz Leopoldo Puente – a sua terceira audiência, mas a primeira já depois de ter sido divulgado o último relatório da Unidade Central Operativa da Guardia Civil, que revelou a suposta participação do até recentemente secretário de Organização do PSOE, Santos Cerdán, no escândalo de corrupção.

Ábalos negou qualquer envolvimento em eventuais irregularidades nos contratos públicos no setor dos Transportes – que segundo a investigação estará no centro do esquema de corrupção. Além disso, disse que não se reconhece nas gravações que terão sido feitas pelo antigo assessor e que o incriminam. O ex-ministro respondeu às perguntas do juiz e dos procuradores, mas não às da acusação popular (representada pelo PP) – que pedia que ficassem em prisão preventiva.

O juiz decidiu contudo manter as medidas cautelares já existentes, incluindo a proibição de sair do território nacional e obrigação de comparência quinzenais à Justiça. O mesmo fez em relação a Koldo, que recusou responder às perguntas depois de o magistrado não ter aceitado adiar a audiência – e ter ameaçado prendê-lo se não aparecesse. A nova advogada do ex-assessor de Ábalos alegou que ainda não lhe foi fornecida a cópia integral do processo e que não tinha tido tempo para se preparar. O juiz não aceitou essa desculpa. Na próxima segunda-feira, é ouvido Cerdán.



FOTOS: EPA / MOHAMMED AL RIFAI

A destruição no interior da igreja ortodoxa Mar Elias, nos arredores de Damasco.

Síria culpa Estado Islâmico pelo atentado suicida que matou 25 fiéis numa igreja

DAMASCO Atacante disparou contra os fiéis durante a missa antes de acionar o colete de explosivos. Há ainda mais de 60 feridos.

TEXTO **SUSANA SALVADOR**

Pelo menos 25 pessoas morreram e mais de 60 ficaram feridas num atentado suicida contra uma igreja ortodoxa nos arredores de Damasco. As autoridades sírias apontam o dedo ao Estado Islâmico. "Este crime hediondo, que teve como alvo pessoas inocentes no seu local de culto, lembra-nos da importância da solidariedade e unidade – entre governo e o povo – na resposta a tudo o que ameaça a nossa segurança e estabilidade", disse em comunicado o presidente sírio, Ahmed al-Sharaa.

O ataque contra a Igreja Mar Elias, que ocorreu durante a missa, não foi ainda reivindicado por ninguém. Mas o Ministério do Interior da Síria disse que foi um combatente do Estado Islâmico que entrou na igreja e disparou contra os fiéis, antes de detonar o seu colete de explosivos. Outras fontes falam em, pelo menos, dois atacantes.

Os correspondentes da AFP viram equipas de socorristas a tirar os fiéis da igreja, coberta de destroços de madeira e de ícones religiosos cheios de sangue. Segundo uma testemunha, os fiéis tentaram travar o atacante, depois de este ter começado a disparar, até que este acabou por acionar os explosivos.



Um padre caminha pelo meio dos destroços.

Segundo a Reuters, este foi o primeiro atentado suicida em Damasco desde que, em dezembro, o regime de Bashar al-Assad foi derrubado pelos rebeldes islamitas liderados por Al-Sharaa, que prometeu proteger as minorias do país. Al-Sharaa quebrou, há uma década, os laços que tinha com a Al-Qaeda, rival do Estado islâmico.

A segurança continua a ser um desafio para o presidente, que tem procurado voltar a abrir a Síria ao mundo – conseguindo a suspensão das sanções europeias e norte-americanas que existiam ao anterior regime.

O enviado dos EUA para a Síria, Tom Barrack, denunciou um "ato de cobardia", que não tem lugar "na nova sociedade de tolerância e inclusão que os sírios estão a construir", enquanto os turcos, próximos das novas autoridades, denunciaram um "ataque traiçoeiro" que visa "semear o caos".

O Estado Islâmico assumiu o controlo de parte do território sírio no início da guerra civil, que rebentou em 2011, após a repressão sangrenta de protestos pacíficos contra o regime de Assad. Em 2014, o grupo sunita declarou a criação do "califado", com território que incluía também parte do Iraque.

As forças curdas sírias, apoiadas pelos EUA, derrotaram o Estado Islâmico, mas este manteve a sua presença no território. No final de maio, reivindicaram o primeiro ataque contra as novas forças governamentais sírias.

Presidente sírio, Ahmed al-Sharaa, apela à solidariedade e unidade entre governo e povo na resposta a tudo o que ameaça a segurança e estabilidade do país.

Zelensky fecha parceria com Londres em dia de novo ataque russo contra Kiev

GUERRA Presidente ucraniano chama "coligação de assassinos" a Rússia, Irão e Coreia do Norte.

TEXTO **ANA MEIRELES**

O presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, e o primeiro-ministro britânico, Keir Starmer, anunciaram ontem em Londres uma parceria de coprodução na área da Defesa, não tendo avançado com mais pormenores. "Estou muito orgulhoso por, esta tarde [ontem], podermos anunciar um acordo de coprodução militar industrial, o primeiro do género até agora, no que diz respeito à Ucrânia e ao Reino Unido, o que será um grande passo em frente na contribuição que podemos continuar a dar", declarou Starmer em Downing Street.

Já Zelensky, que se encontrou também com o rei Carlos III, o terceiro entre ambos este ano, e visitou soldados ucranianos em treino militar no Reino Unido, afirmou que esta viagem tinha como objetivo negociar "novas e poderosas medidas para aumentar a pressão sobre a Rússia, nesta guerra, e pôr fim aos ataques".

O presidente ucraniano chegou a Londres horas depois de Moscovo ter lançado um novo ataque aéreo contra Kiev, que envolveu 352 *drones* – metade deles *Shaheds* iranianos – e mísseis balísticos da Coreia do Norte.

Pelo menos dez pessoas morreram, incluindo uma criança, e cinco blocos de apartamentos residenciais ficaram gravemente danificados, bem como a entrada de um abrigo antiaéreo numa estação do metropolitano.

De acordo com o Ministério do Interior ucraniano, o distrito de Shevchenkivskyi foi o mais atingido, sendo que um dos prédios atacados fica a menos de um quilómetro da Embaixada dos Estados Unidos em Kiev.

"Todos nos países vizinhos da Rússia, do Irão e da Coreia do Norte deveriam pensar cuidadosamente se conseguiriam proteger vidas se esta coligação de assassinos persistisse e continuasse a espalhar o seu terror", afirmou Zelensky, chamando aos três países "coligação de assassinos".

Ontem, a meio do dia, registou-se um outro ataque com mísseis na região de Odessa, tirando a vida a pelo menos duas pessoas, tendo 12 ficado feridas, segundo as autoridades locais.



SIERAKOWSKI FREDERIC / UNIÃO EUROPEIA

UE e Canadá estreitam laços em era de ameaças geopolíticas

A União Europeia, representada por António Costa e Ursula von der Leyen, recebeu ontem o primeiro-ministro do Canadá, Mark Carney, para uma cimeira com o objetivo de aprofundar os laços já estreitos entre as duas partes, numa altura em que enfrentam ameaças geopolíticas comuns, como Donald Trump, a Rússia e a instabilidade no Médio Oriente. No encontro foi acordada uma Parceria de Segurança e Defesa UE-Canadá, mas também a Nova Parceria Estratégica UE-Canadá do Futuro, que abrange áreas como o comércio e a gestão de crises.

BREVES

33 PAÍSES APOIAM MARCHA LGBTQ+ EM BUDAPESTE

Portugal, França, Reino Unido e outros 30 países, além de institutos como o Camões, manifestaram o apoio à Marcha do Orgulho LGBTQ+ de Budapeste, que foi proibida pela polícia depois de o governo a ter denunciado como potencialmente prejudicial para as crianças. Apesar da proibição, a organização e o presidente da câmara da capital húngara, Gergely Karácsony, dizem que a marcha vai acontecer a 28 de junho. Os EUA, cujo presidente Donald Trump partilha a desconfiança do primeiro-ministro húngaro, Viktor Orbán, em relação aos esforços para promover a diversidade e os direitos dos transgénero, não assinaram a declaração.

57 MILITARES COLOMBIANOS SEQUESTRADOS

O Exército colombiano anunciou que pelo menos 57 soldados (quatro deles suboficiais) foram raptados no domingo por duas centenas de civis que atuaram sob pressão de dissidentes do extinto grupo guerrilheiro das FARC numa zona montanhosa do Departamento de Cauca. "Peço aos camponeses de La Hacienda, El Tambo, Cauca, que deixem de acreditar em atores armados que obedecem a estrangeiros", escreveu o presidente colombiano, Gustavo Petro, no X, pedindo a libertação dos militares. No passado, acusou os grupos que operam nestas zonas de atuarem como um Exército privado dos cartéis mexicanos.

Ministro: situação em Niassa está estável

O ministro da Defesa Nacional moçambicano disse ontem, em Maputo, que a situação de segurança na Reserva Especial do Niassa (REN), no norte, "está estável", após ataques de homens armados que mataram pelo menos duas pessoas.

"Está estável, os operadores estão a regressar às suas atividades, mas continuamos atentos a qualquer tipo de movimentação que possa estar a perturbar a situação no Niassa", disse o ministro, questionado sobre a situação na REN, à margem do seminário sobre 50 Anos da Constituição da República de Moçambique.

Cristóvão Chume destacou os esforços do Governo para garantir a segurança e o funcionamento normal da reserva, após os ataques em abril e maio, por grupos de alegados terroristas, que já atuam desde 2017 na vizinha província de Cabo Delgado. A informação inicial apontou pelo menos dois mortos e dois desaparecidos, entre guardas florestais, contudo o Estado Islâmico reivindicou posteriormente, pelos seus canais de propaganda, três mortos no ataque naquela província.

As autoridades moçambicanas garantiram no final de maio que há "indicações claras" da fuga dos grupos armados autores dos ataques na Reserva Especial do Niassa, apesar de reconhecer que permanece um "ambiente desafiante" naquela província.

Quanto à província de Cabo Delgado, o ministro disse que recentemente foram registados novos ataques, mas que, entretanto, foi restabelecida a segurança. **DN/LUSA**

PUBLICIDADE

Men'sHealth
13º Ano consecutivo

Women'sHealth
3º Ano consecutivo



ESCOLHA 2025 CONSUMER CHOICE Nº1 DO CONSUMIDOR
IMPRENSA FEMININA E LIFESTYLE
4 MARCAS AVALIADAS

ESCOLHA 2025 CONSUMER CHOICE Nº1 DO CONSUMIDOR
IMPRENSA MASCULINA
3 MARCAS AVALIADAS

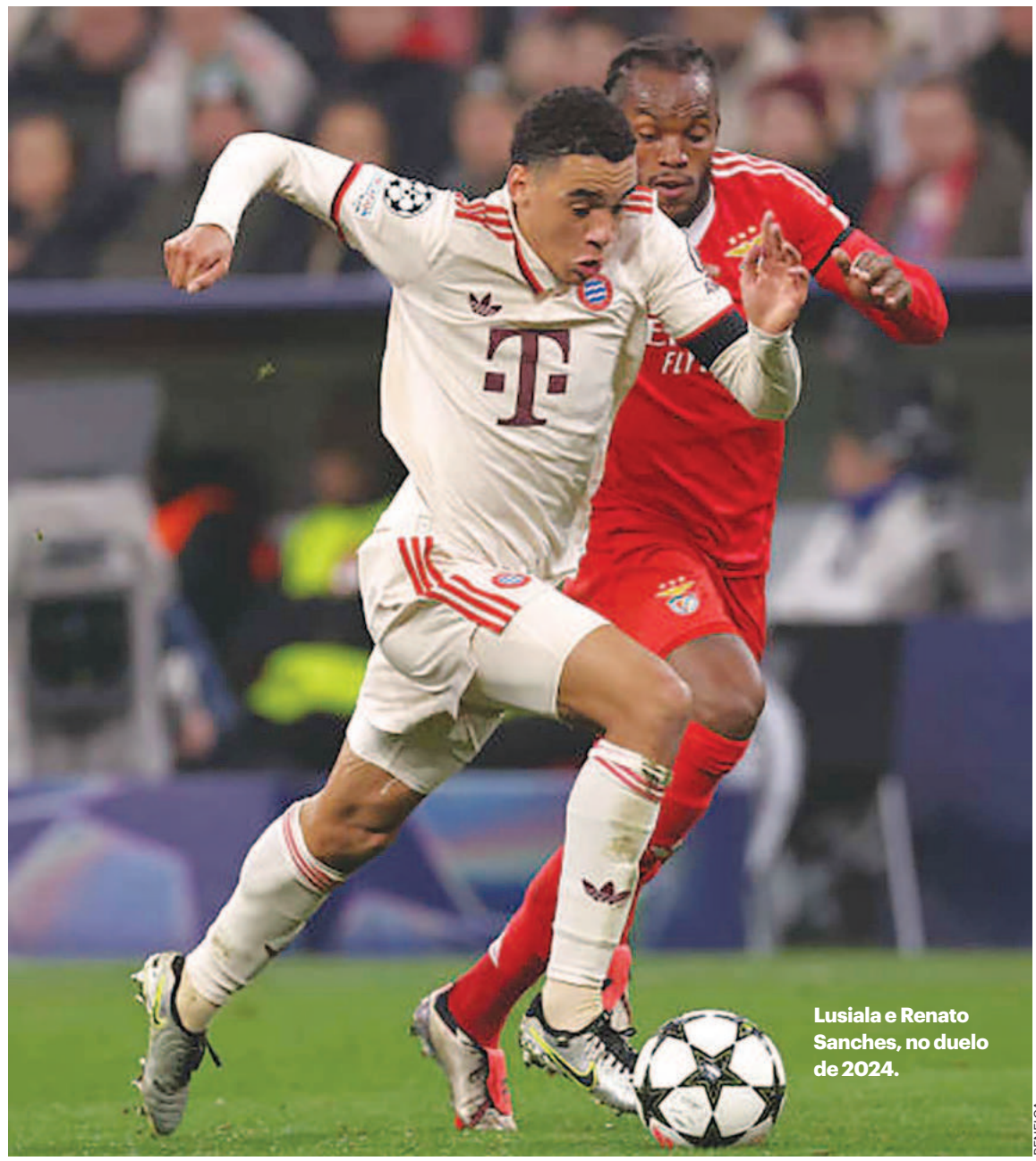
REVISTAS LIFESTYLE DO ANO!

womenshealth.pt | menshealth.pt

Benfica-Bayern. Campo tem desnivelado um duelo equilibrado em termos de troféus e sócios

MUNDIAL DE CLUBES Águias procuram a primeira vitória diante dos bávaros ao 14.º duelo e mais de 50 anos. Jogo é às 20h00 e pode valer passagem aos oitavos de final.

TEXTO **ISAURA ALMEIDA**



Lusiala e Renato Sanches, no duelo de 2024.

BENFICA

O Benfica enfrenta hoje um dos maiores *carrascos* da sua história. Em 13 duelos com o Bayern Munique, a equipa da Luz perdeu dez e empatou três, procurando a primeira vitória, esta noite (20h00, DAZN), no Estádio Bank of America, em Charlotte, na 3.ª jornada do Grupo C do Mundial de Clubes. Ao 14.º encontro os números são reveladores das dificuldades que as águias têm sentido frente ao colosso alemão, que se reflete também num saldo de golos muito desequilibrado: nove marcados contra 36 sofridos.

Os dois clubes cruzaram-se pela primeira vez em 1976, nos quartos de final da Taça dos Campeões Europeus, com o Bayern a levar a melhor, tendo vencido, por 5-1, na segunda mão, depois de um empate a zero. Os duelos dos anos 80 e 90 continuaram a pender para os alemães, mas a Era Moderna tornou-se verdadeiramente sofrível para a equipa da Luz. Entre 2018, quando o Benfica saiu da Allianz Arena vergado a uma goleada, por 5-1, na fase de grupos da *Champions*, e 2024, os encarnados sofreram cinco derrotas consecutivas.

O último confronto, em novembro do ano passado, já foi mais equilibrado, apesar de ter terminado com mais uma vitória dos germânicos (1-0). Hoje voltam a encontrar-se. Com o Bayern Munique já apurado, o Benfica tem a ambição de avançar para os oitavos de final do Mundial de Clubes. Para isso bastará fazer melhor resultado do que o Boca Juniors.

O desnível também é financeiro. O plantel liderado por Kompany vale três vezes mais do que o de Bruno Lage. Segundo o *site* Transfermarkt, a equipa do Bayern Munique está avaliada em 903,5 milhões de euros, enquanto o Benfica se fica pelos 363,5 milhões. O bávaro mais valioso é o jovem de 22 anos Jamal Lusiala, cujo passe foi avaliado em 140 milhões de euros... mais 105 milhões do que o jogador mais valioso das águias: Álvaro Carreras, 35 milhões de euros.

Mais troféus, o mesmo número de sócios

No que a palmarés diz respeito, os portugueses levam a melhor... por um! O Benfica foi fundado em 1904, disputou o primeiro jogo em 1905 e demorou 30 anos para conquistar o seu primeiro troféu nacional em 1929/30 quando venceram o Campeonato de Portugal. O primeiro de muitos. O futebol do clube da Luz conquistou 84 troféus até hoje, incluindo 38 títulos de Campeão Nacional – um recorde em Portugal – e duas Taças dos Clubes Campeões Europeus (hoje Liga dos Campeões). Algo que o Bayern Munique reconheceu ao lançar o duelo com os encarnados da seguinte forma: "Nenhum outro clube em Portugal tem a mesma aura do que o Benfica. Os encarnados foram campeões 38 vezes e adicionaram 26 Taças [de Portugal] à galeria de troféus, um registo também insuperável em Portugal."

O clube bávaro remonta ao final do século XIX, mas foi oficialmente fundado em 1900, tendo feito o seu primeiro jogo nesse mesmo ano. Já o primeiro título nacional foi conquistado em 1932. Seguiram-se mais 32 títulos da *Bundesliga*, num total de 83 troféus, incluindo dois Mundiais de Clubes e seis *Champions*. Os bávaros são um dos poucos clubes a nível mundial que conquistaram tudo o que havia para conquistar no futebol alemão, europeu e mundial.

A grandiosidade dos dois emblemas é notória pelo número de sócios. E aí não podiam estar mais equilibrados. Quando no dia 27 de fevereiro o clube liderado por Rui Costa anunciou ter chegado aos 400 mil sócios, não esperaria que... horas depois o Bayern Munique, no âmbito das comemorações dos seus 125 anos, tenha feito o mesmo, assegurando ter chegado igualmente aos 400 mil, número que "nenhum outro clube alcançou".

De Hans-Jörg Butt a Renato, só quatro jogaram em ambos

Renato Sanches foi o último jogador a vestir as duas camisolas. Contratado em 2016, não vingou na equipa bávara e regressou ao Benfica, onde agora joga. Antes dele apenas João Cancelo, Juan Bernat e o guarda-redes Hans-Jorg Butt tinham jogado nos dois clubes, que estão também unidos por Jupp Heynckes. Além das três passagens pelo banco bávaro (1987/91, 2011/13 e 2017/18), o treinador alemão orientou os encarnados de 1999 a 2001.

isaura.almeida@dn.pt

540

Milhões de euros separam os dois plantéis. Bávaros estão avaliados em 903,5 milhões de euros, enquanto as águias valem 363,5 milhões.

84-83

Troféus O Bayern Munique ganhou 83 troféus, incluindo seis *Champions* e 33 títulos, enquanto o Benfica tem 84, incluindo duas *Champions* e 38 títulos.

400

Mil sócios foi o número anunciado pelo Benfica... e Bayern Munique. Ambos os clubes asseguraram ter chegado a um recorde de associados em fevereiro.

Kirsty Coventry. 131 anos depois, COI é liderado por uma mulher

COMITÉ OLÍMPICO Antiga nadadora do Zimbabué substituiu Thomas Bach. Começa já hoje a trabalhar "numa enorme reforma" ao nível do apoio financeiro aos atletas.

TEXTO **ISAURA ALMEIDA**

Kirsty Coventry tornou-se ontem, simultaneamente, a primeira mulher e primeira pessoa africana a presidir ao Comité Olímpico Internacional (COI), sucedendo ao alemão Thomas Bach no organismo com 131 anos de história. Vai comandar os destinos do Olimpismo durante oito anos e dois ciclos olímpicos – Los Angeles2028 e Brisbane2032 – com possibilidade de ficar por mais quatro anos.

"Hoje, é um dia de alegria, ao passar a tocha a uma nova geração. Abre-se, perante nós, um novo capítulo, repleto de oportunidades, impulsionado por uma energia e um propósito renovados. É o momento de celebrar a vitalidade duradoura da nossa missão partilhada", disse, na passagem de testemunho, Thomas Bach, que liderou o COI nos últimos 12 anos e que passou a ser presidente honorário.



Bach passa testemunho a Kirsty.

A antiga Campeã Olímpica de natação, de 41 anos, e que é ministra do Desporto no Zimbabué, tornou-se a 10.ª líder do organismo que até 1981 esteve vedado às mulheres. Como atleta, o currículo fala por ela. Em cinco participações Olímpicas – de Sydney2000 ao Rio2016 – conquistou sete medalhas na natação, duas delas de ouro – nos 200m costas em Atenas2004 e Pequim2008. E conquistou três títulos mundiais de piscina longa e quatro em piscina curta, além de vencer os Jogos Africanos por 14 vezes.

Nascida em Harare, em 16 de setembro de 1983, Kirsty Coventry conta ainda com grande experiência governamental, uma vez que é ministra do Desporto, Arte e Recreação do Zimbabué, cargo que terá de abandonar agora para assumiu o COI. Além disso, foi vice-presidente da Federação Internacional de Surf (2017 a 2024). Ocupou ainda um cargo de membro da direção executiva (2018-2021) do COI, a que pertence desde 2013.

A mais jovem (41 anos) entre os sete candidatos, foi eleita logo na primeira ronda de votações, com 49 dos 97 votos possíveis. Quando foi eleita para o cargo, em março, a sete vezes medalhada olímpica presidia à Comissão de Coordenação dos Jogos Olímpicos da Juventude Dakar2026 e dos Jogos Olímpicos Brisbane2032.

Reformar, comunicar e adjudicar Jogos de 2036

A primeira medida, depois de ter tomado posse, é consultar os cerca de 100 membros do organismo para estabelecer "um novo roteiro" governativo. A sua presidência poderá avançar com "uma enorme reforma" ao nível do apoio financeiro aos atletas e na defesa das atletas mulheres.

A menos de um ano dos Jogos Olímpicos de Inverno Milão-Cortina2026, a presidente do COI terá também de decidir o destino dos atletas russos e bielorrussos: se não houver um acordo de Paz para a Ucrânia. Kirsty Coventry terá também de lidar com o presidente dos EUA, Donald Trump, anfitrião de Los Angeles2028.

"Desde os 20 anos, tive de lidar com homens, digamos, difíceis em altos cargos. O que aprendi é que a comunicação será a chave, e é algo que precisa de acontecer rapidamente", disse, há tempos, a nova presidente do Comité Olímpico Internacional, que terá ainda de adjudicar os Jogos Olímpicos de verão de 2036.

BREVES

THUNDER SÃO OS NOVOS CAMPEÕES DA NBA

Os Oklahoma City Thunder (OKC) sagraram-se no domingo campeões da edição 2024/25 da Liga Norte-Americana de Basquetebol (NBA), ao vencerem em casa os Indiana Pacers por 103-91, no 7.º jogo da final dos *play-offs* de 2025.
Num jogo decisivo marcado pela prematura lesão do base e líder dos Pacers, Tyrese Haliburton, os OKC, que repetiram o título de 1979, então como Seattle SuperSonics, ainda estavam em desvantagem ao intervalo por 48-47. Os Thunder têm ainda três finais perdidas, para Washington Bullets (1978) e Chicago Bulls (1996), ainda como Sonics, e para os Miami Heat (2012), já como OKC, enquanto os Pacers repetiram o desaire de 2000, face aos Los Angeles Lakers.



FERNANDO VELUDO / LUSA

As medalhas com que Pimenta "esquece" os Jogos Olímpicos

Fernando Pimenta chegou ontem à tarde a Portugal com as duas medalhas do ouro que conquistou nos Europeus de Velocidade de Canoagem. O atleta de Ponte de Lima, que representa o Benfica, conquistou o 1.º lugar nas provas de K1 5000 metros e K1 1000 metros. A recebê-lo no Aeroporto Francisco Sá Carneiro, no Porto, estava o presidente do Comité Olímpico de Portugal, Fernando Gomes. Pimenta frisou à RTP que estas medalhas marcam um momento especial porque foram conquistadas após "um momento menos bom nos Jogos Olímpicos".

PUB

CÉLULA 6 DA AUGI DO BAIRRO DA FRATERNIDADE – S. JOÃO DA TALHA

CONVOCATÓRIA

Ao abrigo da lei nº 91/95 de 2/9, com as alterações introduzidas pela lei nº 165/99 de 14/09, pela Lei nº 64/03 de 23/08 de 20/2, e 10/08 de 20/02, 79/13 de 26/11, 70/15 de 16/07, convoca-se a assembleia de proprietários ou comproprietários da Administração Conjunta sita no Bairro da Fraternidade dos prédios integrados na denominada Célula 6 e descritos na Segunda Conservatória do Registo Predial de Loures sob as fichas nº 163 (matriz 43, natureza rústica, Secção C), 681 (matriz 11 natureza rústica, Secção C), 837 (matriz nº 55 natureza rústica, Secção C), da União de Freguesias de Santa Iria de Azóia, S. João da Talha e Bobadela.

A assembleia terá lugar no dia **12 de julho de 2025, pelas 10H00, no Salão Paroquial da Igreja Nossa Senhora da Paz, no Bairro da Fraternidade, em S. João da Talha**, com a seguinte Ordem de trabalhos:

Ponto Um – Aprovação do Projeto de Divisão de Coisa Comum por Acordo de Uso.

Ponto Dois –Deliberação sobre as medidas a tomar quanto aos devedores das comparticipações nos encargos de reconversão da Célula 6.

Ponto Três – Informações diversas.

Ao abrigo da mesma lei, e nos termos do artº 11º, estão afixados para consulta, na sede da Junta de Freguesia de São João da Talha, e bem assim na sede da Administração Conjunta, o projeto de Divisão de Coisa Comum por Acordo de Uso da Célula 6, e respectivos quadros de cadastro.

Não havendo o numero legal de proprietários e ou comproprietários para reunir em primeira convocação, **convoca-se desde já**, nos termos do disposto no artº 12º da Lei nº 91/95 de 2/09, e do disposto no artº 1432º do Código Civil, **a mesma assembleia para reunir em segunda convocatória, com a mesma ordem de Trabalhos, no mesmo dia e local, pelas 10H30M**, deliberando-se então nos termos da lei.
Aplea-se a comparência de todos os proprietérios, em virtude da importância desta assembleia para a aprovação do projeto da divisão de coisa comum por acordo de uso.

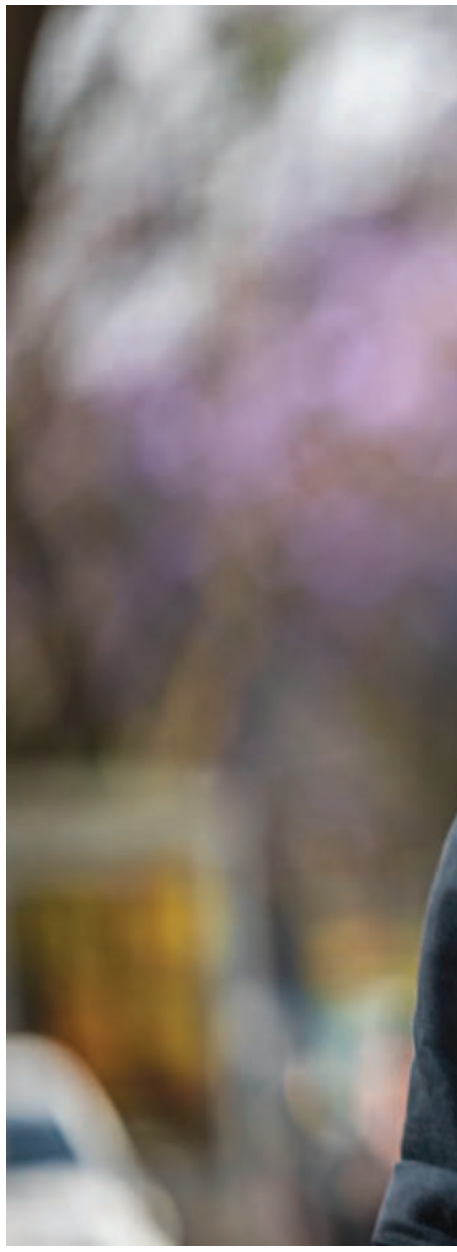
Bairro da Fraternidade, 17 de junho de 2025

A Comissão de Administração

Valter Hugo Mãe

"A verdade é muito digna. Mas eu trocaria a verdade por um verso"

LITERATURA *A Educação da Tristeza,* o novo livro de não-ficção do escritor, é dedicado ao sobrinho, Eduardo, que morreu aos 17 anos, e a Isabel Lhano, artista plástica que faleceu em 2023. "Preciso de dignificar os meus mortos com a felicidade", diz Valter Hugo Mãe em entrevista ao DN. O próximo romance, revela, vai ser sobre duas costureiras, patroa e empregada, "as duas muito falidas, muito sem futuro", que não vão ter nome, porque "as mulheres valem pelo que fazem".



TEXTO **CARLA ALVES RIBEIRO**

Valter Hugo Mãe acaba de lançar *A Educação da Tristeza*, que reúne 27 textos escritos ao longo de ano e meio. No ano passado publicou o romance *Deus na Escuridão* e em janeiro de 2026 deverá lançar o próximo livro. É o protagonista do documentário *O Lugar Nenhum – O retrato de Valter Hugo Mãe*, de Miguel Gonçalves Mendes, que foi apresentado no início deste mês, mas ainda não tem data de estreia.

O livro *A Educação da Tristeza* é muito bonito graficamente. Fez os desenhos de propósito ou aproveitou-os?

Foram feitos para o livro. De início, eu até achava que o livro seria editado de uma forma um pouco austera, correspondendo, assim, a uma certa solenidade do que retrata o livro, do que o livro fala. Mas depois, na editora, alguém disse: "Valter, talvez fosse interessante, como é um livro curto, ser enriquecido com os teus desenhos, uma vez que a Isabel era pintora, e uma vez que tu dizes que os teus desenhos começavam na relação que tinhas com ela." E, na verdade, o livro está muito em volta do desaparecimento da Isabel e do meu sobrinho, do Eduardo. E a relação que eu estabeleci com o meu sobrinho, quando eu cuidava dele, quando ele tinha 3 anos, também passava pelo desenho, era o que nós fazíamos, era a maneira de o entreter, era a maneira de comunicarmos. E então os desenhos têm muito que ver com isso. A Isabel era pintora, de facto, toda a vida quis que eu soubesse pintar, faço uns bonecos aleijados, mas ela queria que eu pintasse. Eu adoro artes plásticas, adorava ser um artista plástico, mas eu adorava ser muita coisa.

Mas não é também? Tem um *atelier*, já fez exposições...

Mas eu sou mais cobiçoso do que efetivamente artista. Sou um amador, nesse sentido de amar as coisas e deito-me a fazer, mas acho que sou um escritor, sonhei muito ser escritor, por isso tenho de estar grato por isso, mas depois gostava de saber fazer tudo.

A *Educação da Tristeza* tem a ver com a morte do seu sobrinho e de Isabel Llano, como disse. Escrever este livro foi uma forma de lidar com estas perdas, de fechar "um ciclo de tristezas"?

Foi. A tristeza eventualmente não acabará, mas foi um livro que se me impôs, gostaria de não ter motivos para escrevê-lo, mas ele aconteceu de alguma forma. Esta coisa que a literatura tem, de nos iludir, parecendo transformar o que nos acontece numa obra de arte, transformando aquilo que nos falha, falta, magoa, entristece, em algo que subitamente pode ser, pelo menos, belo, é irresistível. E, se num primeiro momento, o sofrimento, a dor, instala em nós uma sensação de destruição que não é fértil, só tem mesmo isso, a perceção da destruição. Num momento seguinte, há qualquer coisa que nos impele para um regresso à vida, que nos impele para uma sobrevivência e que nos diz: "Olha, ainda estás vivo!" E a melhor ideia, nisto tudo, é, de facto, voltar à vida.

O primeiro texto deste livro intitula-se *Fazer Alegria*...

É, porque é a única estratégia possível, é a única decência, eu diria assim. Eu gosto muito desta noção, é a única decência que nós temos na existência, em existir, é, custe o que custar, voltar sempre à alegria, fazer sempre a alegria. E nós sabemos perfeitamente que a vida vai ser um convite para todas as fraturas, inclusive, no fim, termina sempre mal para cada um de nós.



A EDUCAÇÃO DA TRISTEZA
Valter Hugo Mãe
Porto Editora
192 páginas

Mas quando diz que fará alegria, a alegria faz-se? Em muito do que escreve há essa ideia, de que nós somos donos do nosso sentir.

Estou profundamente convencido disso, que a vida propõe-nos coisas más e coisas boas. As coisas más, a vida normalmente oferece, as coisas boas ela simplesmente tolera, não nos oferece, assim, de mão beijada. As coisas boas implicam esforço e foco, e até algum talento. Mas as coisas más, mesmo quem não faça nada, vão acontecer. Agora, a alegria ou a felicidade, é uma construção cultural, é uma força em cima da inevitabilidade de estarmos aqui para cair. Sinto muito que eu só sucumbo se verdadeiramente o permitir. Em última análise, é uma decisão. No fim das contas é uma decisão que precisamos de tomar. E neste livro, a dada altura, há uma expressão que eu acho que é fundamental, que é: eu jamais humilharia os meus mortos fazendo com que eles significassem, na minha vida, uma tristeza. Eu preciso de dignificá-los com a felicidade, por isso, as pessoas que eu perdi, elas precisam de existir na minha vida como uma felicidade. Seria destituí-los da sua própria dignidade se eles, para todo o sempre, me atribuíssem a tristeza. Era injusto, para eles, que eles fossem o significado da tristeza.

Escreveu estes textos já a pensar em publicá-los como livro?

Não. Um ou outro apareceu como crónica e foram pensamentos que eu não consegui disciplinar ou que eu não consegui conter. Foram aparecendo e eu pensei: "Pronto, eu quero dizer isto, por algum motivo. Eu quero passar a ter isto como um objeto um pouco exterior a mim." E cada texto, depois de o ser, também pode ser um pouco uma mentira. Enquanto não é texto, é só um sentimento meu, tudo é verdade, mas quando vira texto é literatura. A literatura, em princípio, é um artefacto, é uma artesania qualquer que a gente inventa e passa a ser externo. Passa a ser um objeto ou outro, que não sou exatamente, eu e torna-se uma ajuda.

Qual foi o primeiro texto que escreveu?

Talvez as primeiras coisas que eu comecei a escrever tenham a ver com as obras da casa. Quando o meu sobrinho é diagnosticado, ele



REINALDO RODRIGUES

é imediatamente diagnosticado com cancro terminal, e isso aconteceu quando ele tinha 14 anos, deram-lhe 6 meses de vida, no máximo. E eu tinha acabado de comprar uma casa que seria a minha casa de sonho, e estava a preparar as obras da casa, e a primeira coisa que eu senti – que estava completamente desajustada da realidade – foi o ter sonhado aquela casa para aquela criança, era o meu afilhado, ter sonhado que a minha família faria ali a maior das alegrias. E, de repente, eu não ia ter tempo de concluir as obras e de ter uma casa e de criar esse espaço de sonho, onde o meu sobrinho ainda pudesse aceder àquilo que podia ser uma experiência de felicidade. Subitamente, eu estou diante de uma criança de 14 anos e parece-me que tenho de encontrar a felicidade para lhe a dar em seis meses, e a primeira coisa que senti é que não tinha onde fazer essa felicidade, eu estava desalojado. Quando uma tristeza tão grande acontece, não cabemos em lado nenhum, estamos na rua, e, nesse caso, a questão das obras da casa colocaram-se muito importantes, porque eu não estava só na rua, eu estava a tentar pagar pelo silêncio, pagar pelo sossego, por um certo respeito pela necessidade de não ter de me preocupar com mais nada, de não ter, a toda a hora, alguém a ligar-me a dizer que acabaram parafusos ou que a tijoleira não chega, que é uma coisa que se torna tão fútil, tão agressivamente fútil, quando de repente nos dizem que uma criança morre.

Este livro é para ser lido de fio a pavio? Não tem índice...

As pessoas podem ir respirando. O tamanho das expressões para quem passou por aquela situação tem uma medida muito diferente do que pode ter para outra pessoa, que simplesmente perspetiva as coisas ainda na posição de quem pode abeirar o mesmo tipo de sofrimento. E eu percebo que entro neste livro com uma coragem que alguns leitores poderão não ter. Eu posso ser muito concreto. O meu pai morreu há 25 anos e eu leio com muita facilidade textos sobre os pais que morrem. A minha mãe tem 85 anos e eu não aceito ler textos sobre mães que morrem. Por isso, eu suponho que as pessoas vão ler este livro consoante o património que tenham, a bravura que possam apresentar e algumas pessoas vão parar várias vezes, certamente.

"Esta coisa que a literatura tem de nos iludir, parecendo transformar o que nos acontece numa obra de arte, transformando aquilo que nos falha, falta, magoa, entristece, em algo que subitamente pode ser, pelo menos, belo, é irresistível."

Sabe quantos textos tem o livro?

Por acaso, não sei. Eu sou pouco matemático, sou todo intuitivo.

Tem 27.

27, não gosto [*risos*]. Quando era miúdo achava que o meu número da sorte era o 28. Curioso! Quando reimprimirmos quero acrescentar um texto.

E o texto 25 intitula-se *Feliz Natal*... Há alguma lógica na ordem dos textos no livro?

Eles foram escritos talvez num tempo de ano e meio, e foram-se sequenciando mais ou menos como estão. Eu aldrabei um ou outro, escrevi antes e pus para depois, porque achava que não fazia sentido ser Natal muito tempo. Tinha de ser Natal no início do livro e Natal para o fim do livro. Senão é muito Natal junto. Preciso de dispersar um pouco as coisas para compor mais este ano desgraçado. Então há aí alguma mexida. Por isso é que eu também dizia que, na verdade, nós nunca escrevemos uma autobiografia. É sempre uma mentira, é sempre uma composição, é sempre uma construção.

Trabalho de edição, neste caso?

E é uma construção, inclusive. E eu sou muito fascinado pela dimensão poética do texto. E acho que escrevo, sou escritor, exatamente por causa da poesia. E por isso, muitas das vezes, eu não opto por escrever a mentira, mas o esplendor de uma frase conquista-me. Eu lembro-me muito do Torga, que no *Diário* dizia à mulher, à esposa dele: "Quero sempre que saibas que te amo. Mas também que em todas as ocasiões te trocarei por um verso." Eu acho de uma honestidade... Que não é contra a esposa do Torga, ele não teria problemas com a esposa.

Mas essa construção é a pensar no leitor?

Não, é a pensar no verso. Quando um verso se coloca como um esplendor qualquer. Como uma coisa gloriosa que alcançamos. Nem que seja por estupidez, por ilusão, por utopia. Nós paramos ali deslumbrados e a vida toda parece justificar-se por aquilo. E é o problema dos artistas todos. Por isso é que somos todos considerados um bocadinho malucos. Ou capazes de uma maluqueira qualquer. Eu não acho que tenha a ver com loucuras. Não é uma loucura. Mas é uma folia que é construída na hipótese de encontrar alguma coisa que não foi encontrada antes. O verso é isso.

É criação?

É passarmos pela vida não só como criaturas, mas como criadores. E eu acho que quem procura fazer arte procura isto. A verdade é muito interessante e muito digna. E tem muita decência. Eu não trocaria a mulher, mas trocaria a verdade por um verso. Em todas as oportunidades, eu trocaria a verdade por um verso. Prefiro ter um verso do que ter a verdade.

A certa altura, num dos textos, parece sugerir que a sua arte está a ser um estorvo para a sua escrita.

É porque eu rabisco e isto leva muito tempo. Eu fico a rabiscar e depois, no fim, não é o Caravaggio. Se eu estivesse três semanas ou duas semanas a rabiscar um papel e no fim eu visse um Caravaggio, eu pensava: "Fui mesmo esperto. Em vez de estar a escrever um livro, fui mesmo esperto, a pintar estas coisas." Mas eu sei que não são.

Mas está a ser mais difícil, para si, escrever?

É muito mais fácil escrever, agora, no sentido em que, se eu estivesse na escola e a professora dissesse, faça lá uma redação, eu, em dez minutos, despachava o desafio. Mas a questão é que aquilo que se torna muito fácil de escrever deixa de ser interessante. Parece-me correr o risco de não acrescentar nada àquilo que eu já fiz. Então, de facto, a passagem para o lugar da escrita é cada vez mais estreita. Porque eu atafulhei com muita coisa. Quando se começa a ter muitos livros, há muita obra feita, o caminho onde se colhem as coisas, o lugar fértil onde as coisas estão à minha espera, ele vai ficando tomado. Então, eu preciso de chegar mais para lá, preciso de passar para um espaço onde nunca entrei. É como se eu precisasse de encontrar um mecanismo de não ser quem sou, para passar a ser outra coisa qualquer, outro autor. Isso é que era uma coisa maravilhosa. Mas não era um autor qualquer, era um autor que fosse bom. Mas outro autor.

"É urgente ver tudo num só olhar. Sem isso, a capacidade de detalhar o livro desaparece." O que é que esta frase, que está no último texto, *Voltar ao Livro*, diz sobre o seu processo criativo?

Eu não consigo montar os livros

continua na página seguinte »



» continuação da página anterior

como se fossem *frankensteins*, assim, feitos às peças. Para mim, um livro tem de imitar o fruto. Mas é imitado, porque um livro não é um fruto. Nós não somos árvores e não temos essa maravilhosa capacidade de ser uma macieira e produzir maçãs, com toda a simplicidade. Um livro não é simples. Não é uma dádiva tão milagrosa quanto acontece com o fruto. Por isso, ele é uma obra de engenharia. É uma coisa cheia de mentiras e de coisas postiças, e de mecanismos postiços, e falsidades, e invenções, e recuos. Agora, a intenção é fazer com que ele imite o fruto. A intenção é fazer com que ele surja e pareça tão natural quanto um filho. Mas ele precisa de ter essa performance. Ele precisa de ter essa intenção. É como se fosse um organismo que é inteiriço, que se forma num só, numa completude. Por isso, ninguém inventaria um organismo criando um braço em dezembro e uma perna em agosto para nascer depois, passado dois anos e meio. Não, tem de ser um fôlego, um olhar só. Uma coisa que pareça feita num só instinto de escrita.

Quando fala depois em detalhar...?

Isso faz-se não saindo do foco e passando, por exemplo, dois, três anos ou quatro anos, ou o que for preciso, sem sair de dentro do livro. Por isso é que as senhoras têm de ficar fora do verso, por maior que o amor seja. Porque o livro precisa de estar em todos os instantes. Eu sei que há pessoas que escrevem livros maravilhosos no meio de férias e entre férias, e a tratar de assuntos burocráticos, e preenchem declarações do IRS, e depois escrevem um capítulo, e no dia seguinte vão ao casamento, e uma semana depois escrevem outro capítulo. Eu não consigo. Eu posso ir a um casamento, mas eu só lá estou fisicamente, porque a minha cabeça está sempre no livro. Não presto atenção, não me comovo, não quero saber, desejo muitas felicidades, mas na verdade só me interessa o verso.

Em que é que está a trabalhar? O que pode dizer sobre o próximo romance?

Estou a escrever um romance sobre duas costureiras, uma patroa e uma empregada, e as duas muito falidas, muito sem futuro, mas em que a relação se confunde, porque a patroa, por ser patroa, nem por isso sabe fazer nada. A empregada é sempre a empregada, é a única que tem a ciência, e então a empregada um dia constata que se é ela que ganhou dinheiro, talvez ela devesse ser a patroa, porque é ela que consegue.

E já têm nomes essas mulheres?

Não têm nomes, não sei se devia dizer isto, mas as mulheres, neste livro, nenhuma mulher neste livro tem nome. Nenhuma vai ter, a minha ideia é que as mulheres valem pelo que fazem.

Tem título, ou fica para o fim?

Não tem título ainda, honestamente, não. Por acaso eu preciso sempre de títulos e ando angustiado à procura. Já lhe dei montes de títulos, mas não estou convencido, sei que não tenho título.

"A passagem para o lugar da escrita é cada vez mais estreita. Porque eu atafulhei com muita coisa. Quando se começa a ter muitos livros, há muita obra feita, o caminho onde se colhem as coisas, o lugar fértil onde as coisas estão à minha espera, ele vai ficando tomado. Então, eu preciso de chegar mais para lá, preciso de passar para um espaço onde nunca entrei."

Quando prevê publicá-lo?

Eu quero muito que ele saia em janeiro.

Voltando ao *A Educação da Tristeza*, no texto *Notas Incompletas sobre os Assuntos do Tempo*, diz que "o tempo separa gravemente, é um roedor". Interessa-lhe explorar o tempo na sua literatura?

Sim, interessa-me ofender o tempo. Interessa-me protestar. A grande tragédia da nossa vida é o tempo. Passa demasiado rápido. Eu não dei conta, eu fui roubado. Estava muito distraído. E depois, antigamente, as semanas duravam uma semana, agora duram umas horas. É sempre segunda-feira, ou é sempre sexta-feira, ou é sempre domingo. Tenho a sensação de que, sei lá, acordo, tomo o pequeno almoço e é outra vez domingo. Não tenho tempo para fazer tudo aquilo que eu quero fazer. Estou à pressa, estou à pressa, estou à pressa. E por mais que eu me apresse, dá-me a sensação de que mais o tempo foge.

Escreve muito, há um sentido de urgência? Aliás, nesse mesmo texto fala no episódio da exumação do corpo do seu pai, e diz que colocou tudo em perspetiva – "Tudo é urgência e tudo é pouco".

Sim, foi horrível. Eu nunca pensei poder ver o cadáver do meu pai, dez anos depois. Pensei que ele estivesse reduzido a uns ossos brancos, como se fossem umas porcelanas que a gente recolhesse para levar para outro lado. Mas como o corpo não se desfez, só se desfez a cabeça – podia ter-se desfeito outra parte, mas foi logo a cabeça. A coisa mais identitária e que seria mais importante de ver intacta, foi o que desapareceu. E por isso fiquei muito arreliado, porque aquilo também é um tempo ilógico, é um tempo que não tem respeito nenhum, não tem decência nenhuma. Dez anos e a porcelana não está pronta, não está limpa. Deve haver garantia, deve haver respeito. Eu e o meu irmão fomos uns lorpas, ingénuos, porque estávamos ali à espera de alguma coisa que não nos assustasse. Que nos pudesse comover um bocadinho, mas era comichãozinha de que nós, como grandes machos, não tivéssemos medo. De repente, ver o corpo, ver os órgãos...

Isso foi há quantos anos? Teve impacto em algum dos seus livros?

Foi talvez há 15 anos. Algumas trevas dos meus livros, certamente foi porque eu fui àquele lugar e vi aquilo. Eu lido muito com uma certa fisicalidade. E a experiência de ver o cadáver do meu pai daquela forma é uma fisicalidade extrema. Há momentos nos meus livros em que o que está em causa é a carne. E nós, quando estamos a ler, ou quando eu estou a escrever, eu tento que as palavras não estejam em questão. O que está em questão é uma espécie de abeirar o corpo, estou a abeirar o corpo. E normalmente o corpo é sempre uma equação muito difícil. Uma equação magoada, mutilada, aleijada. Claro que ter visto o meu pai daquela forma... Enfim, não preciso de ver filmes de terror. A realidade é muitíssimo mais escabrosa. O sentido de urgência e sobretudo a sensação de ser imprestável de qualquer maneira. De não dar certo. Eu sei que todas as coisas que fazemos e toda a impressão de sucesso que possamos criar na nossa vida é para que a derrota aconteça maior ainda. Quanto mais tivermos, mais sabemos que vamos perder.

O filme *O Lugar Nenhum – O retrato de Valter Hugo Mãe*, de Miguel Gonçalves Mendes, foi apresentado este mês, ainda sem data de estreia. Que pessoa iremos ver?

Um Valter Hugo Mãe parecido com o Miguel Gonçalves Mendes, porque se há coisa que eu aprendi ao observar um documentarista a trabalhar, é que o documentado transforma-se no documentador. Há muita coisa que ele mostra e que, estando eu em ação, corresponde sobretudo à angústia específica do Miguel. É muito curioso. De facto, talvez seja o que todos nós fazemos, ou desde logo o que fazemos com a literatura.

E vamos ver alguma faceta sua menos conhecida?

O filme é muito verdadeiro, porque, ao fim de tanto tempo, é impossível a gente manter máscaras e deixar demasiado de fora à pessoa que está a filmar. O que vão ver é algo que parece mostrar uma naturalidade muito grande. E, na verdade, filmando, parece tudo muito glamoroso, mas depois, vendo o filme, percebe-se que a vida de um escritor é uma palermice, porque nós escrevemos virados para umas paredes, e escrevemos em qualquer canto, estamos sempre como aflitinhos a tomar notas. Parecemos uns beatos de uma religião em que ninguém acredita, uma religião muito solitária, onde só nós é que estamos. Somos, francamente, bizarros e até desadequados. As pessoas quando pensam em ser escritores, eu acho muito bem que queiram ser escritores, mas não é a profissão, não é o caminho mais *sexy*, não é a existência mais esplendorosa. A gente imagina tudo, é tudo ficção, a grande maravilha é por dentro da cabeça, por fora estamos encalhados.

Mas a escrita é o seu propósito?

É o meu sonho, estou a viver o meu sonho. Eu queixo-me muito da vida que levo, mas sou grato. Os meus grandes heróis, as minhas grandes heroínas, todas sofreram incrivelmente. Por isso, por vezes penso que se o Tolstói foi o desgraçado que foi, o Proust, o Kafka, foram todos uns angustiosos, a Virginia Woolf, meu Deus, que a mulher não podia sofrer mais, até a Florbela Espanca foi uma desgraçada. Como não haveria eu de sofrer um pouco também?



O festival surgiu em 2019.

DIREITOS RESERVADOS

'Jazz' está de volta ao Barreiro em festival de três dias

MÚSICA A 5.ª edição do festival irá acontecer de 27 a 29 de junho no Parque da Cidade do Barreiro. A programação conta com nomes nacionais e internacionais.

TEXTO **MARIANA DE MELO GONÇALVES**

O Barreiro teve sempre uma forte ligação com o mundo da música *jazz*. O festival *Jazz* no Parque está de volta para a sua 5.ª edição de 27 a 29 de junho no Parque da Cidade do Barreiro. O *Jazz* no Parque surgiu como uma iniciativa da Câmara Municipal do Barreiro, devido à tradição jazzística na cidade.

"Ao longo da primeira metade do século XX, o Barreiro foi um polo industrial bastante importante, com bastante migração. Havia uma grande vida cultural e, dentro dessa vida cultural, havia os bailes de *jazz*", diz o pianista e baterista Jorge Moniz em conversa com o DN, acrescentando que há atualmente duas escolas de *jazz* no Barreiro. "Pode dizer-se que é uma terra em que o *jazz* está vivo."

O festival surgiu em 2019. No entanto, devido à pandemia, teve uma pausa durante os anos 2020 e 2021, contando atualmente com cinco edições.

A programação foi escolhida por Jorge Moniz, que teve em conta o espaço do festival. "O evento vai ser num parque ao ar livre, e os concertos têm entrada gratuita. Portanto, é preciso ter esses fatores em conta. É uma programação com critérios relativamente *mainstream*, mas, ao mesmo tempo, tentando apresentar diferentes linguagens." A programação conta com artistas nacionais e internacionais.

Segundo Jorge Moniz, este é um evento importante para o Barreiro. "O objetivo deste evento é ter um objeto diferenciador na cultura. A Câmara tem tentado oferecer a cultura de forma diversificada. E o *Jazz* no Parque é um dos grandes momentos do ano cultural do Barreiro, sem dúvida. Talvez o evento mais importante", disse.

Programação

O primeiro dia do evento, 27 junho, arranca com o concerto do Emmet Cohen Trio e com Aaron Parks "Little Big".

No segundo dia do evento, 28 de junho, vai subir ao palco o Ensemble da Escola de *Jazz* do Barreiro, Songsayer, Melissa Aldana Quartet e Peter Bernstein Quartet.

O último dia do evento, 29 de junho, conta com os concertos de Ensemble da Academia de Jazz os Franceses, Daniel García Trio "Wonderland" e Carlos Bica "Azul".

Jorge Moniz espera que para esta edição o clima esteja favorável e que o público adira ao evento. A entrada nos concertos é gratuita.

Jazz em Portugal

Jorge Moniz descobriu o mundo do *jazz* cedo, quando começou a tocar piano e bateria. "Lembro-me de, com 13 anos, já ouvir *jazz*, portanto, parto um bocadinho daí. Eu percebia que os músicos de *jazz* eram músicos bastante dotados e que punham em evidência o seu virtuosismo, e isso era uma coisa que me agradava. Depois deixei-me atrair pela linguagem, com aquelas coisas normais do percurso de um músico", conta.

Jorge Moniz estudou no Hot Clube e as suas maiores inspirações são John Coltrane, Chet Baker, Bill Evans e Miles Davis. Atualmente é também professor na Universidade Lusíada de Lisboa.

Sobre o *jazz* nos dias de hoje, Jorge Moniz refere que a qualidade dos músicos de *jazz* está a crescer. "A qualidade dos músicos, neste momento, é melhor do que nunca. Há bastante gente nova a tocar, e a tocar muito bem mesmo. Há alunos nas universidades portuguesas a estudarem *jazz* que têm um bom nível", refere o pianista, acrescentando que em relação ao mercado musical não sabe se está a crescer. "Tenho dúvidas de que o mercado esteja a crescer, mas isso tem a ver com determinadas doutrinas políticas. Não sei qual será o futuro próximo, mas neste momento há um certo esquecimento relativamente a determinadas áreas da cultura, não só em relação ao *jazz*. São mercados que não têm crescido muito, que estão relativamente estagnados e muitas vezes a política esquece-se da importância da cultura."



"A qualidade dos músicos, neste momento, é melhor do que nunca. Há bastante gente nova a tocar, e a tocar muito bem mesmo. Há alunos nas universidades portuguesas a estudarem jazz que têm um bom nível."

Jorge Moniz
Programador do Jazz no Parque



REINALDO RODRIGUES / GLOBAL IMAGENS

Nuno Júdice homenageado hoje na Fundação Gulbenkian com edição especial da *Colóquio/Letras*

MEMÓRIA A revista da qual o poeta e ensaísta foi diretor entre 2009 e 2024 é, desta vez, totalmente dedicada ao próprio Nuno Júdice, que morreu no ano passado. Na cerimónia de lançamento desta *Colóquio/Letras* 219 haverá leitura de poemas e também se cantará o fado.

TEXTO **LEONÍDIO PAULO FERREIRA**

"O Nuno era um leitor da *Colóquio/Letras* desde a sua criação e, ao ser convidado para relançar a revista, aceitou com visível gosto o convite que surgia num momento em que ele, regressado de Paris havia cinco anos, precisava de um novo desafio fora dos muros da FCSH da Nova", conta Manuela Júdice, viúva de Nuno Júdice, o poeta e ensaísta que hoje é homenageado em Lisboa, no Auditório 2 da Fundação Gulbenkian, às 18.00 horas. "Abraçou o relançamento da *Colóquio/Letras* com energia e a revista passou a ser a sua nova dedicação literária. Com Marçal Grilo e Eduardo Lourenço primeiro, depois com Guilherme d'Oliveira Martins, trocou ideias e tomou decisões quanto à periodicidade, ao formato e, sobretudo, à criação de um Conselho Editorial que veio alargar a presença das literaturas lusófonas. Fazer a revista ter uma vida internacional era o seu objetivo e por ele se bateu até ao fim", acrescenta Manuela Júdice, atual diretora da Casa da América-Latina.

Este número 219 da revista *Colóquio/Letras* é o primeiro que já não foi planeado por Nuno Júdice, que morreu em 2024, com 74 anos. "Nas últimas semanas de vida, vendo-o sentado frente ao computador com imensas dificuldades físicas, eu perguntei-lhe por que não ia repousar e a única resposta que tive foi: 'Não te esqueças de que sou o diretor da *Colóquio*'", relembra aquela com quem o poeta e ensaísta foi casado mais de meio século. Aliás, numa longa entrevista ao DN, Nuno Júdice destacou 1972, ano da publicação do seu primeiro livro, *A Noção de Poema*, como muito especial, até a nível pessoal: "Foi o ano em que lancei o livro, em que me casei e em que nasceu a minha filha."

> "Nuno Júdice representa a minha geração! É um poeta e um ensaísta de uma língua que permanentemente se recria. Longe de qualquer fechamento, foi um defensor ativo da abertura criativa", diz Guilherme d'Oliveira Martins.

Guilherme d'Oliveira Martins, administrador da Gulbenkian, assina o editorial desta *Colóquio/Letras*, ao qual deu o título "Lembranças". Ao DN, convidado a falar sobre o antigo diretor, Guilherme d'Oliveira Martins declarou: "Nuno Júdice representa a minha geração! É um poeta e um ensaísta de uma língua que permanentemente se recria. Longe de qualquer fechamento, foi um defensor ativo da abertura criativa. 'O que importa é a surpresa no final, que subverte ou transforma o que vinha antes.' Não pode haver Poesia sem memória, que vem dos poemas lidos, mas também da partilha de experiências. A memória reinventa-se."

"As experiências pessoais permitiram ao poeta desenvolver uma relação forte com a pintura, os museus, os artistas com quem conviveu, os livros de arte que escreveu, de Manuel Amado a Graça Morais, de Jorge Martins a Júlio Pomar conferiram à poesia de Nuno Júdice um lado visual, que se tornou paradigmático. Como ele costumava dizer: 'Não há poesia sem imagem.' Antero de Quental e Fernando Pessoa têm um papel fundamental. Antero reconcilia-o com o soneto, e reforça o papel do pensamento, que sempre atraiu Nuno Júdice. Pessoa transforma a poesia em ficção. 'Se, na sua origem, não se encontra uma experiência, o poema soa a vazio, a falso.' E o certo é que a poesia é uma forma de resistência, mas também de sobrevivência", acrescenta Guilherme d'Oliveira Martins, que apresentará a revista de homenagem, juntamente com Ida Alves, professora de Literatura Portuguesa, que também tem um texto na revista, intitulado "Nuno Júdice, um inventor de paisagens". Há também textos de Hélder Macedo, Jean-Claude Pinson, Juan Gabriel Vásquez e de muitos outros amigos e admiradores do autor de livros como *Meditação sobre Ruínas*, que foi agora reeditado.

A sessão de homenagem inclui a leitura de poemas de Nuno Júdice por Isabel Abreu e João Pedro Vaz. Camané cantará fados com letras de Nuno Júdice, sendo acompanhado por Miguel Amaral na guitarra portuguesa e por Pedro Soares na guitarra clássica.

A nova diretora da *Colóquio/Letras* é Joana Matos Frias, professora de Literatura Portuguesa.

Da entrevista de vida já citada com Nuno Júdice, fica aqui o título e o convite para ser lida em *www.dn.pt*: "Temos uma capacidade de sobreviver às crises que vem desde Alcácer Quibir."

Novo álbum de Lina_ encontra 'Terra Mãe' comum entre fado e música tradicional irlandesa

MÚSICA Álbum foi apresentado ontem, em concerto, na abadia medieval de Malmesbury, na região de Wiltshire, Inglaterra. A partir da próxima sexta-feira, dia 27, chega ao mercado.

O novo álbum de Lina_, *Terra Mãe*, uma parceria com o músico irlandês Jules Maxwell, que procura encontrar pontos de ligação entre fado e música tradicional irlandesa, foi ontem apresentado em Malmesbury, Inglaterra, e chega ao mercado na sexta-feira, dia 27.

Em declarações à Lusa, Lina_, que imaginou as novas músicas cantadas no "alto de uma montanha na Irlanda", disse que o objetivo não era fazer um álbum de fado, "mas sim encontrar pontos comuns entre a música irlandesa – o estilo antigo, *sean-nós*–, e o fado, no seguimento do álbum *Burn*, que Maxwell fez com Lisa Gerrard."

O primeiro tema do novo álbum, *Arde Sem Se Ver*, faz a ponte para o anterior álbum de Lina_, *Fado Camões*, saído no ano passado, totalmente dedicado ao poeta português. Lina_ disse que este tema de abertura, "uma espécie de desconstrução da poesia de Camões, foi uma ideia de Amélia Muge", outra parceira de *Terra Mãe*.

Uma "desconstrução que cria novos espaços e novos sentimentos neste poema e que até nos guia por Camões", disse Lina_. A cantora assina a letra e música de *Terra Mãe*, que dá título ao álbum, e ainda a música de *When Are They Coming?*.

Segundo Lina_, o título escolhido, *Terra Mãe*, evoca "as paisagens de Portugal": "Quando ouvimos este álbum conseguimos associar as paisagens da Irlanda, que são lindíssimas, nomeadamente da costa marítima."

Ao mesmo tempo, acrescentou, o tema *Terra Mãe*, o quinto no alinhamento, é aquele com que mais se identifica: "É um tema que vai às minhas raízes, à minha infância, o questionar-me sobre mim própria, sobre o que ando aqui a fazer. Explica bem quais são as minhas raízes." Este tema, acrescenta Lina_, coincide "com o sentimento das culturas portuguesa e irlandesa", com "a saudade, que é uma palavra portuguesa, mas acaba por ser universal."



Lina_
Cantora e compositora

Terra Mãe foi apresentado ontem, em concerto, na abadia medieval de Malmesbury, "um lugar especial e mítico", na região de Wiltshire, Inglaterra. A partir de sexta-feira, quando chega ao mercado, e ao longo do fim de semana, terá sessões de apresentação nas lojas Fnac Chiado e Colombo, em Lisboa, e no NorteShopping, no Porto.

O álbum é constituído por nove faixas, entre elas, *Requiem*, *A Flor da Romã* e *O Falcão na Corda Bamba. Não Deixei de Ser Quem Sou* (*The Person I Always Was*), o primeiro *single* de *Terra Mãe* está disponível no YouTube.

Para Lina_, *Terra Mãe* constitui "uma afirmação" da sua capacidade de composição. "Foi um trabalho ao inverso", compor antes de escolher as palavras. Até aqui, disse Lina_, "tinha feito música sempre a partir do poema, dar valor às palavras, o cuidado com até onde a melodia ia." A cantora e escritora de canções reconhece, nas suas composições, influências de músicos como Ryuichi Sakamoto e Paul McKenna.

Lina_ declarou que não gosta de "gravar músicas avulso". "Gosto de fazer um álbum que tenha uma identidade e um fio condutor, e que haja um porquê, não apenas músicas de que eu gosto. Não é apenas isso."

Com uma agenda internacional preenchida, Lina_ atuou recentemente em Split, na Croácia, e tem previsto novo disco, *O Fado*, para setembro, numa parceria com o compositor e pianista espanhol Marco Mezquita. **DN/LUSA**

Exposição de Barbara Kruger no Museu Guggenheim de Bilbao

O Museu Guggenheim de Bilbao, expõe, a partir desta terça-feira, 24 de junho, e até ao dia 9 de novembro, mais de quatro décadas da obra de Barbara Kruger.

Desenvolvida em colaboração com o artista norte-americana, a mostra transforma as galerias do museu espanhol num ambiente em que som, texto e arquitetura convergem, envolvendo os visitantes que, nesta altura de férias, se dirijam até ao País Basco.

A exposição revisita obras icónicas da carreira de Kruger, como as suas famosas colagens, ao mesmo tempo em que exibe vídeos e peças digitais recentes que continuam a expandir o objetivo formal e conceitual da sua arte.



EPA / LUIS TEJIDO

EURODREAMS
SORTEIO: 050/2025
CHAVE: 8 - 19 - 22 - 28 - 32 - 37 + 2

NÃO DISPENSA A CONSULTA DOS RESULTADOS OFICIAIS

Tom Cruise e Brad Pitt na estreia de 'F1'

Os atores Tom Cruise (*à esquerda*), e Brad Pitt (*direita*), estiveram ontem juntos na estreia europeia do filme *F1: The Movie*, em Londres. Tom Cruise não faz parte do elenco, tendo contracenado uma única vez com Brad Pitt em 1994, no filme *Entrevista Com o Vampiro*. Agora, Brad Pitt, em *F1: The Movie*, encarna um piloto de Fórmula 1 reformado que orienta um piloto mais jovem.



EPA / NEIL HALL

Irão quer explicações de Portugal sobre EUA nas Lajes

ENVOLVIMENTO Embaixador iraniano diz que vai questionar o Governo sobre "neutralidade" de Portugal no conflito. Marcelo apela à diplomacia.

TEXTO **VÍTOR MOITA CORDEIRO**

O embaixador do Irão em Portugal, Majid Tafreshi, numa entrevista à rádio Renascença, garantiu que vai questionar o Governo português sobre a utilização da Base das Lajes, nos Açores, por parte dos Estados Unidos da América (EUA), para manter 12 aviões de reabastecimento. "Se Portugal é aliado dos Estados Unidos ou da União Europeia, não sei. Mas a União Europeia, até o Reino Unido e mesmo outros, disseram que não tiveram qualquer interferência. E isso deve ficar claro", afirmou o embaixador.

Questionado sobre como encarava a posição de Portugal ao ter autorizado a presença dos aviões norte-americanos na base militar açoriana, Majid Tafreshi começou por assumir não ter "qualquer informação sobre isso", acabando por considerar que, "com base nas responsabilidades dos Estados, quando se participa numa agressão, é-se responsável pelo resultado dessa agressão".

Esta observação levou o embaixador a sugerir, "vivamente, que ninguém alegue ou faça parte da agressão. Caso contrário, com base na responsabilidade do Estado, todos e cada um devem ser responsabilizados pelo que fizeram", frisou.

Alegando que as instalações nucleares iranianas bombardeadas pelos EUA são "pacíficas", o embaixador sublinhou, à semelhança do que já tinham dito os partidos de esquerda portugueses, que "tudo isto é ilegal". "Até António Guterres condenou qualquer escalada da paz e da segurança na região. E isso ficará registado na história das relações entre os dois países", lembrou, antes de acrescentar que há "boas relações" entre o Irão e Portugal.

> Marcelo garante que Portugal não teve conhecimento de qualquer ataque.

No entanto, Majid Tafreshi reforçou que, "se alguém participa numa qualquer guerra, por qualquer motivo, é parte dessa agressão".

Já o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, em Angola, afirmou que Portugal não teve conhecimento prévio do ataque e que o pedido de utilização da Base das Lajes decorre de uma prática regular, indexado a um acordo bilateral.

"Não havia nada na notificação que apontasse para um ataque", garantiu, depois de apelar à abertura da "via diplomática".

BREVES

TC alvo de reclamação por parte da Concorrência

A Autoridade da Concorrência (AdC) vai apresentar uma reclamação à Conferência de Juízes do Tribunal Constitucional (TC) pela decisão deste órgão de não apreciar os recursos interpostos por si e pelo Ministério Público (MP) no caso do cartel da banca. Segundo o que fonte oficial da AdC disse à Lusa, o regulador apresentou esta reclamação "com o intuito de acionar o último mecanismo processual disponível para assegurar a conformidade constitucional do sentido decisório do Tribunal da Relação de Lisboa (TRL) e, assim, se garantir a aplicação efetiva da Justiça e a tutela do interesse público na repressão de práticas anticoncorrenciais". A Concorrência salienta ainda que "nenhum tribunal declarou a inexistência da infração imputada aos bancos pela AdC (e confirmada pelo Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão e pelo Tribunal de Justiça da UE) pelo que não está em causa qualquer absolvição da prática anticoncorrencial". "Com a última decisão, o Tribunal da Relação de Lisboa não afastou a prática da infração pelos bancos, apenas entendeu que se extinguiu a responsabilidade contraordenacional por prescrição", conclui. O Tribunal Constitucional (TC) rejeitou os recursos apresentados pela Concorrência e Ministério Público para tentar travar as prescrições no caso do cartel da banca, que previa coimas de 225 milhões de euros a 11 bancos. A AdC e o MP pretendiam que o TC se pronunciasse sobre se era ou não inconstitucional a decisão do Tribunal da Relação de Lisboa de contar para o prazo de prescrição o período de dois anos em que o caso esteve à espera de decisão do Tribunal de Justiça da União Europeia, bem como a interpretação de qual a lei aplicável ao processo.

Alerta para fraude em 'e-mails' para pagar multas

A Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR) alertou ontem que estão a ser enviados *e-mails* fraudulentos em seu nome para o pagamento de coimas, nos quais é pedido que se carregue num *link*, o que não deve ser feito. "Estas mensagens são falsas e devem ser ignoradas. O seu objetivo é convencer o destinatário a fornecer informações pessoais ou a realizar pagamentos indevidos. Em caso algum deverá efetuar essa operação", sublinha, em comunicado, a ANSR. O organismo lembra ainda que as suas notificações "são sempre enviadas por correio físico". A ANSR apela aos cidadãos que, em caso de dúvida quanto a um *e-mail* que solicite pagamentos, contactem o organismo através do número de telefone 214236800 ou do endereço eletrónico *mail@ansr.pt*.

DN

Conselho de Administração Bernardo Penas Belo (Presidente), Luís Figueiredo de Barbedo Trindade, Kevin King Lun Ho, Vítor Manuel Almeida Santos de Menezes e António Manuel Mendes Ferreira **Direção** Filipe Alves (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira, Nuno Vinha e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos) **Data Protection Officer** Nuno Silva **Propriedade** Global Notícias Media Group, SA; Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Almada. Capital social: 9 309 016,95 euros. NIPC: 502535369. Proprietário e editor: Rua Gonçalo Cristóvão,195-219 – 4049-011 Porto. Tel.: 222 096 100. Fax: 222 096 200 Redação: Rua Tomás da Fonseca, Torre E, 3.º – 1600-209 Lisboa. Tel.: 213 187 500. Fax: 213 187 501 **Marketing e Comunicação** Efraim Tavares **Direção Comercial** Daniel Barata, Pedro de Almeida Lima (Coordenador) **Detentores de 5% ou mais do capital da empresa:** Páginas Civilizadas, Lda. – 41,51%, KNJ Global Holdings Limited – 29,35%, José Pedro Carvalho Reis Soeiro – 20,40%, Grandes Notícias, Lda. – 8,74% **Impressão** Gráfica Funchalense (Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição, 50, Morelena – 2715-029 Pero Pinheiro); Naveprinter (EN, 14 (km 7,05) – Lugar da Pinta, 4471-909 Maia) **Distribuição** VASP; Registado na ERC com o n.º 101326. **Depósito legal** 121 052/98 **Assinaturas** 219249999 Dias uteis das 8h às 18h E.mail: apoiocliente@dn.pt

5 605290 023002 56985